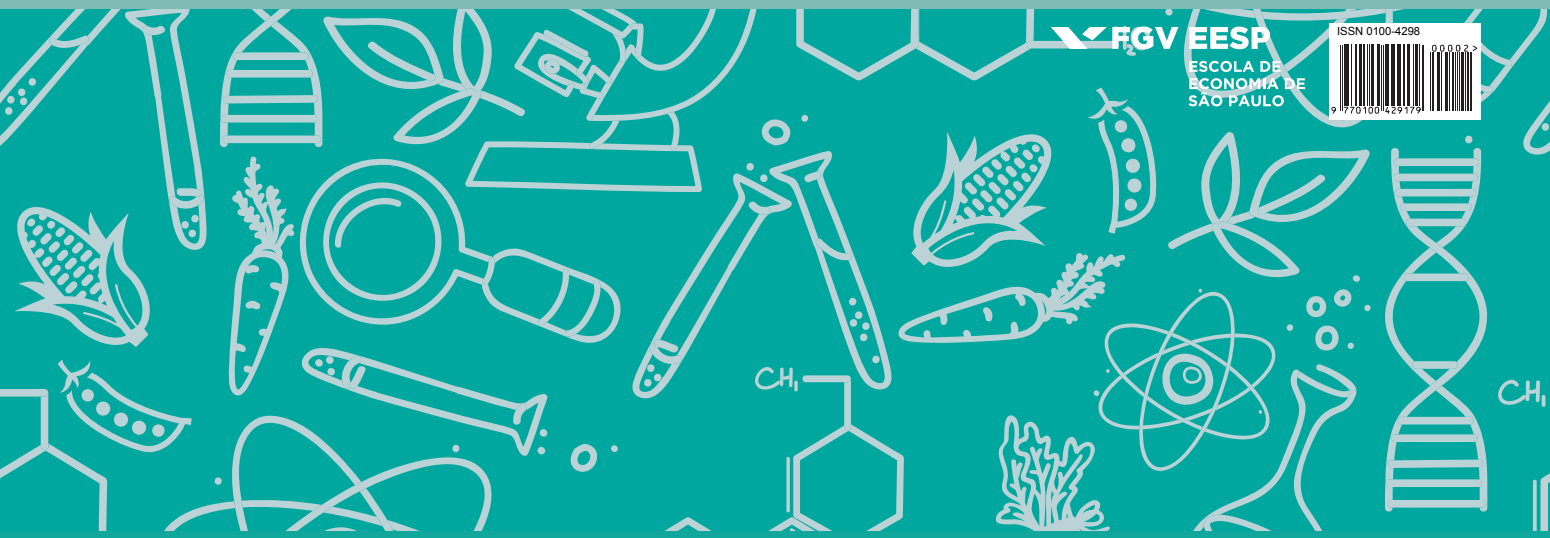
AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 02 | FEVEREIRO 2017 | R$ 15,00



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO
ISSN 0100-4298

BIOTECNOLOGIA

INDISPENSÁVEL PARA O FUTURO DO AGRO



BORRACHA RENTABILIDADE DEPENDE DO REAL MENOS VALORIZADO

ECONOMIA 2017 NÃO SERÁ TÃO RUIM COMO FOI 2016

MERCADO EXTERNO RECUPERAÇÃO NA EXPORTAÇÃO DE GRÃOS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

DEVAGAR, MAS MELHORANDO

O RITMO de melhora na economia brasileira está muito mais lento do que o desejado. Mas, até este momento, a tendência de melhora tem se mantido.

Num primeiro momento, após a saída da presidente Dilma Rousseff, as expectativas tornaram-se mais positivas. Estas expectativas poderiam ser ou não confirmadas pelas ações tomadas. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos gastos, o envio da reforma da previdência, a queda mais acentuada da Selic e uma agenda microeconômica para destravamento da economia confirmaram as expectativas e sugerem que 2017 será melhor do que 2016.

Inflação convergindo para o centro da meta, dólar entre R$ 3,20 e R$ 3,40 na maior parte do ano e Produto Interno Bruto (PIB) crescendo mais de 1%, tudo ainda muito tímido para o enorme desemprego existente. Mas, a direção é de retomada, com ajuste fiscal e crescimento empurrado pelos tão necessários investimentos em infraestrutura. E, mais notável, tudo isso em meio à enorme incerteza política, agravada ainda mais pela morte do ministro Teori Zavascki. Os agentes estão interessados no comando econômico, imaginando que este será mantido por quem quer que assuma o comando político.

Para o agronegócio, tudo indica que realmente 2017 será melhor, com boa safra e preços razoáveis para boa parte dos produtos – sempre vale a pena olhar os mercados futuros e o valor do dólar. O agro certamente terá uma contribuição muito favorável para o crescimento do PIB, recuperando a quebra de aproximadamente 15 milhões de toneladas na produção de grãos de 2016. A safra do ciclo 2016/17 será recorde, próxima de 215 milhões de toneladas. Na parte das exportações, há uma expectativa de geração de grandes saldos comerciais, a exemplo de exercícios anteriores. Para isso, tem ajudado muito o enorme esforço empreendido para valorizar a imagem dos produtos das cadeias produtivas do agronegócio nacional.

No mercado de borracha, a partir de 2015 houve uma melhora nos preços do látex, mas a situação ainda está complicada para o produtor. O quilo do coágulo está com valor abaixo dos custos de produção, estimados entre R$ 2,00 e R$ 2,50 em São Paulo. Para o produtor que consegue garantir um custo mais baixo, por volta de R$ 2,00, a elevação do dólar para R$ 3,35 pode ser suficiente para igualar o preço no mercado interno brasileiro ao custo de produção.

No mercado externo, o agronegócio deve ficar atento ao esforço do governo chinês para evitar a desvalorização da sua moeda (*yuan*) frente ao dólar. Conforme se recupera, a economia dos Estados Unidos volta a atrair capitais, impulsionada ainda mais pela elevação da taxa de juros pelo Banco Central americano. Além disso, ainda não está claro qual será a reação da China caso Trump cumpra a promessa de elevar as tarifas de importação para os produtos chineses. Como os chineses compram do Brasil bens em que eles não conseguem ser autossuficientes, mesmo que eventualmente os produtos brasileiros fiquem mais caros, não deve haver contração no volume exportado. Vamos acompanhar o desdobramento desse quadro.

Na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tem-se o balanço de um trabalho profícuo junto ao Congresso Nacional, com propostas e

acompanhamento dos Projetos de Lei relacionados ao universo do agro. O deputado Marcos Montes (PSD-MG), que passa a presidência da entidade para Nilson Leitão (PSDB-MT) neste mês, relata as conquistas realizadas ao longo dos últimos dois anos. Na pauta dos trabalhos futuros, tem-se a construção de uma agenda prospectiva com destaque para a desoneração de insumos, a regularização fundiária e a demarcação de terras indígenas.

Na Argentina, ao celebrar um ano de gestão, o presidente Mauricio Macri enfrenta uma economia combalida com alto desemprego, estimativa de PIB negativo e inflação anual acima de 40%. Apesar disso, para o presente exercício, é esperada uma grande virada nesse quadro incômodo, com colheitas mais fartas para as safras 2016/17 e 2017/18. A economia sentirá o efeito positivo das medidas tomadas no início do governo para reduzir a malha de controles dos preços e dos impostos elevados dos governos Kirchner de 2003 a 2014. São medidas mais liberais para estimular a produção via mercado.

Na entrevista da seção Abre Aspas, Edivaldo Velini, presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), fala sobre as diversas técnicas de engenharia genética já disponíveis, algumas delas com potencial ainda a ser descoberto. A era do 'pós-transgênico' abarca os produtos que tenham seus DNAs editados sem possuírem um gene de outra espécie. Um dos grandes desafios da atualidade é, ao mesmo tempo, garantir a biossegurança e assegurar que estes produtos cheguem rapidamente ao mercado.

Para finalizar, o Caderno Especial da ***Agroanalysis*** apresenta conteúdo desenvolvido com o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), em sua oitava versão. Felizmente, o Brasil abriu as portas para a sua agropecuária seguir na conquista de maior produtividade ao desfrutar dos constantes avanços proporcionados por esta formidável área que é a Biotecnologia. O marco regulatório nacional acompanha com competência e atualização toda essa evolução. Entramos, agora, em uma nova fronteira de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) na área de Engenharia Genética de precisão. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
EDIVALDO VELINI
ENGENHARIA GENÉTICA: BRASIL PREPARA-SE PARA FUTUROS DESAFIOS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 CAPA MACROECONOMIA
UMA BOA NOTÍCIA

14 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 POLÍTICA CAMBIAL CHINESA
E LÁ SE VÃO MAIS DE US$ 800 BILHÕES

21 CAPA BORRACHA NATURAL
PREÇOS ABAIXO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

24 ENERGIA
OPORTUNIDADE DE NOVAS DIRETRIZES NO SETOR

26 ARGENTINA
APOSTA NO AGRONEGÓCIO

28 CONTEÚDO ESPECIAL

28 CAPA ANEC
RETOMADA DO CRESCIMENTO

32 CAPA CIB
O FUTURO DA AGRICULTURA EM NOSSAS MÃOS

42 FPA
O AGRONEGÓCIO NÃO QUER ABAFAR NINGUÉM

44 FAESP
A AGENDA POSITIVA DO AGRONEGÓCIO EM 2017

45 ANDEF
FERRAMENTA AUXILIA NA DEFESA VEGETAL

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
OLHO VIVO

47 PRODUZIR
O PROTAGONISMO DO AGRO

48 OPINIÃO
TRISTE ENREDO

49 REFLEXÃO
CHUVAS DE VERÃO

50 ESTATÍSTICA

ENGENHARIA GENÉTICA: BRASIL PREPARA-SE PARA FUTUROS DESAFIOS

EDIVALDO VELINI

PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CTNBIO)

DA REDAÇÃO

Há pouco mais de uma década, inovações que hoje estão revolucionando diversos setores da economia mundial eram possíveis apenas na ficção. Uma das responsáveis pelo encurtamento temporal entre o que é almejado e o que é possível é a biotecnologia. Por meio dela, é possível sequenciar genomas, identificar funções de genes e rearranjá-los, desenvolvendo novos organismos que podem ser úteis para a sociedade. À frente da Comissão que analisa a biossegurança de produtos biotecnológicos (a CTNBio), o agrônomo e professor titular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) em Produção Vegetal Edivaldo Velini olha para o futuro. "Estamos entrando na era do pós-transgênico e devemos preparar-nos para analisar e fazer uso seguro das novas biotecnologias", afirma.

A frase pode soar futurista, mas tem os dois pés fincados no presente e na realidade. Quando usa o plural da palavra "biotecnologia", o presidente da CTNBio refere-se às diversas técnicas de engenharia genética hoje disponíveis, algumas delas com potencial ainda a ser descoberto. E, ao dizer 'pós-transgênico', Velini abarca os produtos que podem ser obtidos por meio dessas técnicas, mas que, ainda que tenham seus DNAs editados, não possuem um gene de outra espécie. Para ele, o principal desafio da atualidade é, ao mesmo tempo, garantir a biossegurança destes produtos e assegurar que eles cheguem ao mercado a tempo.

O pesquisador conversou com a ***Agroanalysis*** e revelou detalhes sobre o que está por vir.

AGROANALYSIS: QUAL É A IMPORTÂNCIA DA BIOTECNOLOGIA NA ATUALIDADE?

EDIVALDO VELINI: As atividades de inovação, dentre elas a biotecnologia, em nível de nação, empresa ou, até mesmo, pessoal, têm relevância crescente. Ser inovador não significa somente ter



a capacidade de desenvolver uma novidade, mas também a habilidade de analisá-la e comunicá-la em tempo hábil para que ela faça a diferença. Desta maneira, é essencial que tenhamos muito rigor nas análises e, também, muita agilidade. Devemos perseguir os dois objetivos, o técnico e o prático. Conseguir esse equilíbrio não é fácil, mas posso dizer que, na CTNBio, conduzimos um trabalho que visa ser seguro, para evitar riscos, mas também ser ágil, para disponibilizar tecnologias que possam promover desenvolvimento econômico e social.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE A CTNBIO VAI ENFRENTAR DAQUI PARA FRENTE?

EV: A profusão com que novas tecnologias são desenvolvidas. A nova biotecnologia CRISPR (Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats), por exemplo, tem enorme potencial e já está sendo utilizada na área da Saúde. Atividades com vacinas produzidas a partir de Organismos Vivos Geneticamente Modificados (OVGMs) têm aumentado. Existem pelo menos duas vacinas contra a dengue desenvolvidas com esta técnica, e há pesquisas avançadas para imunização contra o vírus da zika. Essas ferramentas também se aplicam a outros setores, como o agrícola e o energético. Considerando a grande diversidade de áreas de atuação da Biotecnologia, há o desafio de conseguir tratar dessas questões a tempo.

> “SER INOVADOR NÃO SIGNIFICA SOMENTE TER A CAPACIDADE DE DESENVOLVER UMA NOVIDADE, MAS TAMBÉM A HABILIDADE DE ANALISÁ-LA E COMUNICÁ-LA EM TEMPO HÁBIL PARA QUE ELA FAÇA A DIFERENÇA.”



COMO O TRABALHO QUE O SENHOR CONDUZ À FRENTE DA CTNBIO SE INSERE NESSE CONTEXTO?

EV: As revisões das normativas são fundamentais para que possamos nos concentrar mais na análise de biossegurança e menos em aspectos não técnicos. Assim, teremos processos mais precisos e, ao mesmo tempo, mais dinâmicos. É isso que nos dará fôlego para analisar o número crescente de processos que dão entrada na CTNBio. Em quase três anos na presidência da Comissão, já conseguimos revisar as normas mais importantes e, neste momento, estamos analisando o regimento interno.

EXISTE UM TEMPO IDEAL PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE UM PROCESSO NA CTNBIO?

EV: Nossa meta não é o prazo. O objetivo é garantir que todos os processos e os protocolos de biossegurança sejam rigorosamente cumpridos. Entretanto, com a revisão das normativas, o grupo de cientistas que hoje trabalha na CTNio – e que, aliás, é muito comprometido – tem conseguido dedicar-se mais às análises. Com isso, é possível que o tempo de tramitação diminua. Inclusive, podemos dizer que o rigor e a precisão das análises aumentaram.

O BRASIL E A CTNBIO TÊM CONSEGUIDO RESPONDER A TEMPO ÀS QUESTÕES QUE EMERGEM DO CAMPO?

EV: Para que um país mantenha a competitividade internacional na agricultura, é necessário que os sistemas e as agências regulatórias sejam eficazes e ágeis. Nesse aspecto, acredito que o trabalho feito no Brasil esteja bem próximo daquele realizado em outras nações para as quais a biotecnologia é importante. Em termos de organização, nossa Lei de Biossegurança (nº 11.105/05) é interessante, porque, ao mesmo tempo em que ela tem princípios rígidos para biossegurança, permite que a própria Comissão se reorganize por meio de normas secundárias. É um sistema que deveria ser entendido como modelo. Esse conjunto de fatores permitiu ao Brasil ampliar sua capacidade de inovar e de disponibilizar tecnologias para os produtores. O resultado é uma agricultura bem-sucedida, que é a maior – e, às vezes, a única – provedora de superávit comercial no País.

O QUE TORNA A CTNBIO DIFERENTE DOS ÓRGÃOS DE ANÁLISE DE BIOSSEGURANÇA DOS OUTROS PAÍSES?

EV: O debate. No Brasil, quando uma nova tecnologia é proposta, ela passa pelas subcomissões setoriais de Saúde Humana, Saúde Animal, Ambiental e Vegetal. A discussão entre estas quatro instâncias é simultânea. Em outros sistemas regulatórios, tem-se uma análise sequencial: primeiramente, uma agência delibera e, depois, a outra. Não existe um momento em que todas interagem.

O QUE SÃO AS NOVAS TÉCNICAS DE ENGENHARIA GENÉTICA E COMO ELAS ESTÃO SENDO DISCUTIDAS NO BRASIL?

EV: O conceito é bem complexo, mas, resumidamente, as novas técnicas de engenharia genética são biotecnologias pós-transgênicos. Elas permitem a produção de modificações ou mutações pontuais e podem envolver técnicas de biologia molecular e, ao final, gerar um organismo que não tem nenhuma marca ligada à transgenia. Muitas

NOSSA LEI DE BIOSSEGURANÇA TEM PRINCÍPIOS RÍGIDOS PARA BIOSSEGURANÇA, FAZ ANÁLISES CASO A CASO E PERMITE QUE A PRÓPRIA CTNBIO SE REORGANIZE. É UM SISTEMA MODELO.

tecnologias compõem esse espectro, a exemplo da RNA-i (RNA de interferência), *Zinc-Finger* ("Dedos de Zinco"), CRISPR e muitas outras. Quando a nossa Lei de Biossegurança foi feita, em 2005, essas tecnologias não eram sequer cogitadas. Hoje, muitas delas já são triviais, principalmente na área da Saúde. Exatamente por isso, elaboramos uma normativa sobre novas biotecnologias. Tal texto está em avaliação pela assessoria jurídica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e a expectativa é de que tenhamos, no primeiro semestre de 2017, uma normativa específica que preveja uma análise e uma deliberação caso a caso.

O RESULTADO DE MODIFICAÇÕES COM NOVAS TÉCNICAS DE ENGENHARIA GENÉTICA SERIA UM ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO (OGM) QUE NÃO TEM GENES DE OUTRA ESPÉCIE?

EV: Não é possível aplicar esse conceito para todos os casos, e é por isso que a análise deve ser caso a caso. É assim que está previsto na nossa normativa. Entretanto, de fato, existem algumas tecnologias que permitem a modificação de um organismo sem que ele fique com resquícios de RNA ou DNA de outro. Não é preciso, necessariamente, introduzir genes de uma espécie em outra; pode-se alterar o gene do próprio organismo. Até que ponto isso é engenharia genética ou apenas uma mutação de alta precisão? Esta discussão deve ocorrer nos próximos anos. ■

AS NOVAS TÉCNICAS DE ENGENHARIA GENÉTICA PERMITEM A PRODUÇÃO DE MODIFICAÇÕES OU MUTAÇÕES PONTUAIS E PODEM GERAR UM ORGANISMO QUE NÃO TEM NENHUMA MARCA LIGADA À TRANSGENIA.



FRASES & COMENTÁRIOS

"O potencial de intensificação da nossa agricultura permite a utilização de grande extensão de áreas de maneira segura 365 dias ao ano, produzindo, no mesmo espaço, grãos, proteína animal, fibras, bioenergia e, em um futuro próximo, químicos renováveis de biomassa."

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

"Fortalecer e ampliar a classe média rural vai acelerar o desenvolvimento do setor agropecuário de forma equilibrada e contribuir para a retomada do crescimento econômico do País."

JOÃO MARTINS, presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"O Brasil ainda é 'relativamente pequeno' no comércio exterior, na 25ª posição, apesar de ser um país com economia 'muito grande'. A sua agricultura é 'altamente sustentável', com compromissos de reduzir sua emissão de poluentes, enquanto outros países querem 'reduzir o aumento'."

ROBERTO JAGUARIBE, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)



CNABRASIL.ORG.BR

"Se o presidente Trump não reconhecer os tratados dos quais os EUA são signatários, pode criar oportunidade para o Brasil. A nossa rápida saída é nos aproximarmos mais da China, da Ásia, do Oriente Médio, do México, de países africanos, de países latino-americanos, assim como da Europa."

JOSÉ ZEFERINO PEDROZO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC)

"Nas exportações brasileiras, os produtos manufaturados respondem por 40%, enquanto os agropecuários por 60%. O agronegócio segura a balança comercial. Se nada for feito, contentar-nos-emos como uma colônia comercial do mundo industrializado."

JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), durante o 35º Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX 2016)

"Um novo projeto para a Lei de Proteção de Cultivares precisa estar fundamentado num modelo de desenvolvimento científico que privilegie a pesquisa, a livre iniciativa, a segurança jurídica e a eficiência produtiva para tornar mais competitivo o desenvolvimento da agropecuária brasileira."

MARCOS MONTES, deputado federal (PSD-MG) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

"O Brasil aumentou em 150% a sua produção de alimentos nos últimos quinze anos e dobrou a produção de cana (açúcar, etanol e bioeletricidade), enquanto expandiu o uso da terra em menos de 50%."

ELIZABETH FARINA, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), no evento de lançamento da Plataforma Biofuturo, realizado pelo governo brasileiro durante a Conferência do Clima (COP-22), em Marrakech, no Marrocos

"Países da Europa e a China seriam excelentes candidatos para o uso de etanol de cana-de-açúcar nos automóveis, devido às emissões de gases pela gasolina, os principais responsáveis pela poluição local e pelo aquecimento global."

JOSÉ GOLDEMBERG, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

UMA BOA NOTÍCIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

DEPOIS DE meses de más notícias no campo econômico, o Governo finalmente tem algo a comemorar: a inflação, de fato, passou a apresentar uma trajetória de queda, sinalizando que irá convergir para o centro da meta, se tudo der certo, ainda em 2017.

Uma análise retrospectiva revela que a inflação brasileira tem dado sinais concretos de alta desde 2008 (o ano de 2009 foi uma exceção a este quadro, em função da crise daquele ano). Desde aquele período até o final do governo Dilma, o Banco Central (BC) mostrou-se cada vez mais leniente com patamares de inflação mais elevados, praticando níveis de juros completamente incompatíveis com o restabelecimento da trajetória da inflação rumo ao centro da meta, de 4,5%. Pior do que isso, ficou cada vez mais explícito para a sociedade que o BC não mais mirava o centro da meta, e sim o limite superior, de 6,5%. Nesse processo, o BC deslocou, implicitamente, o



SHUTTERSTOCK

centro da meta para o limite superior. Os agentes passaram a analisar o comportamento da inflação com base nessa informação, considerando que o BC só reagiria à medida que a inflação sinalizasse em direção ao rompimento deste limite. Nos estertores do governo Dilma, nem isso o BC focava mais, e a política monetária perdeu completamente a sua ancoragem.

Obviamente, o resultado disso foi uma paulatina elevação da inflação e das expectativas, que passaram a sinalizar altas recorrentes ante a inação do BC. Com isso, a inflação acumulada em doze meses foi a mais de 10%, com perspectivas de altas constantes.

Esse fenômeno ocorreu mesmo em um contexto fortemente recessivo: o Brasil atravessa uma das mais severas recessões da sua história, sem paralelo no século XX. Apenas nos últimos meses, a inflação começou, de fato, a ceder.

Logicamente, o impacto sobre as expectativas a partir do descontrole da política monetária ao longo do governo Dilma resultou, em parte, nesse fenômeno. A demora da queda da inflação também pode ser associada à indexação residual que persiste na economia brasileira. O Plano Real foi muito bem-sucedido em eliminar a indexação praticamente diária na nossa economia, que impunha uma dinâmica em que os preços subiam de forma contínua. No entanto, foram preservados mecanismos de ajuste pela inflação passada em base anual em vários preços e contratos na nossa economia. Esse fenômeno cria uma espécie de rigidez no comportamento da inflação, gerando uma inércia. Nesse contexto, a queda da inflação só pode ocorrer à medida que os preços livres mostrarem um comportamento de queda no seu ritmo de alta. Isso só ocorre com base na queda da demanda, o que tem sido uma realidade ao longo dos últimos dois anos.

De qualquer forma, a gestão atual do BC tem cumprido de forma adequada o seu papel em levar a inflação para o centro da meta. Espera-se que esta convergência ocorra ao longo de 2017, mostrando um resultado muito melhor do que o esperado há alguns meses.

Ao mesmo tempo, a queda da inflação abriu espaço para a queda da taxa de juros nos últimos meses de 2016 e no início deste ano. Essa é uma boa notícia, também, para o lado da atividade econômica, que segue extremamente debilitada. As projeções de crescimento para 2017 seguem abaixo de 1%, e não está inteiramente descartada uma nova queda do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Obviamente, o quadro de estagnação é resultado de um processo de ajuste em curso, com diminuição do grau de endividamento relativo das famílias e das empresas, o que tem imposto limites à expansão da demanda do setor privado, tanto para o consumo, quanto para os investimentos produtivos. O Governo não tem espaço fiscal para contrapor a retração da demanda do setor privado, uma vez que tem a necessidade de ajustar as suas contas. O único instrumento que abre alguma janela de oportunidade de retomada vem da política monetária, cuja flexibilização depende, essencialmente, da queda da inflação.

A somatória desses elementos sugere que, após meses de dificuldades herdadas da gestão anterior, o governo Temer tem espaço, agora, para respirar um pouco mais, com maior escopo de ação e pelo menos algo a comemorar. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

BALANÇA COMERCIAL

Resultado da balança comercial do Brasil apresenta saldo recorde desde o pós-real, impulsionado em grande parte pelo agronegócio, com quase a metade dos seus embarques destinados ao continente asiático (exceto Oriente Médio) e à União Europeia. Os complexos soja e alcooleiro, as carnes, os cereais e os produtos florestais representam praticamente três quartos dos valores.

Para o ministro Blairo Maggi, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Brasil precisa avançar nas exportações de produtos não tradicionais, fazer mais acordos comerciais com os países e os blocos econômicos, cobrar reconhecimento pela qualidade e pela sustentabilidade de sua produção agropecuária e importar mais, como forma de intensificar o fluxo comercial agrícola global.

BALANÇA COMERCIAL
(US$ BILHÕES)

	Brasil		Agronegócio	
	2015	2016	2015	2016
Exportação	191,1	185,2	88,2	85,0
Importação	171,4	137,5	13,1	13,6
Saldo	**19,7**	**47,7**	**75,2**	**71,4**

Fonte: SECEX/MDIC

CENSO AGROPECUÁRIO EM 2017

Na aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conseguiu assegurar R$ 505 milhões para a realização do levantamento censitário neste ano. O Censo Agropecuário, realizado pela última vez em 2006, vinha sendo adiado por conta de consecutivas restrições orçamentárias. Os preparativos deveriam ter começado em 2015, para apresentação dos resultados em 2017. A destinação dessa verba decorreu de uma ampla mobilização da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), com o apoio do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), relator-geral da LDO.

CRESCE RECEITA DAS COOPERATIVAS

Segundo estimativa da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), com base em balanços ainda em fechamento, as setenta maiores cooperativas do ramo agropecuário faturaram cerca de R$ 123 bilhões em 2016. Em comparação a 2015, a alta é de 15%. Este resultado espelha a subida nos preços de grãos, em face das baixas nas colheitas no Brasil e da firmeza na demanda internacional. Em 2015, o Sistema OCB contabilizou 1.555 cooperativas vinculadas ao segmento agropecuário.

RECORDE NOS REGISTROS DE NOVOS AGROQUÍMICOS

As estatísticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apontam recorde nos registros de novos agroquímicos em 2016. O número supera a média histórica anual, de 140 registros. Na avaliação do coordenador-geral de Agroquímicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA) do MAPA, Júlio Britto, "a maior disponibilidade no mercado de novos produtos para o controle de pragas evita a redução da produtividade, a criação de resistência aos agrotóxicos e a elevação de custos ao agricultor".

BRASIL: REGISTRO DE DEFENSIVOS

PRODUTOS	2015	2016
Genéricos (produtos técnicos equivalentes)	43	161
Biológicos	38	23
Novos agroquímicos	139	277

Fonte: MAPA

PRODUÇÃO RECORDE NOS ESTADOS UNIDOS

A safra 2016/17 está encerrada no país. A colheita cheia registra recorde e não conta com antecedente nas longas séries estatísticas do país: 380 milhões de toneladas de milho e 115 milhões de soja. Seja para os mercados, os analistas ou os produtores, houve um apurado e admirável ajuste entre clima e tecnologia. As produtividades médias por hectare superam 3,5 toneladas na soja e 11 mil toneladas no milho. A agricultura norte-americana estreia outro patamar de rendimento. A estratégia passa a ser como assegurar lucro e essa farta produção com uma precificação perto ou abaixo dos US$ 9,0 por *bushel* (27,2 quilos) na soja e US$ 3,5 por *bushel* (25,4 quilos) no milho. Agora, com a chegada da produção da América do Sul, a oferta ficará ainda mais saturada.

ESTABILIDADE NAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ

De acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), as exportações de café verde do Brasil deverão ficar estáveis neste ano, quando em comparação a 2016. Falta uma avaliação melhor sobre a qualidade da colheita do Arábica, que estará em ciclo de baixa – a chamada bienalidade. A menor oferta do tipo Robusta em função da estiagem no Espírito Santo, principal estado produtor, impactou de forma negativa as vendas externas do País, pois o preço subiu muito e perdeu competitividade.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CAFÉ

TIPO	2015		2016	
	Quantidade (mil sacas)	Receita (US$ milhões)	Quantidade (mil sacas)	Receita (US$ milhões)
Robusta	4.214	467	580	67
Arábica	29.225	5.097	29.568	4.720
Solúvel	3.551	579	3.828	596
Torrado	28	11	29	11
Total	**37.018**	**6.154**	**34.005**	**5.394**

Fonte: Cecafé

AGROPECUÁRIA NO PIB DOS MUNICÍPIOS

A agropecuária respondia por mais da metade das economias em 1.135 dos 5.570 municípios brasileiros (20,4%) em 2014, 210 deles no Rio Grande do Sul e 144 no Paraná. Isso indica a importância desta atividade econômica no território nacional. No mesmo ano, 652 municípios (11,7%) respondiam por metade do Valor Adicionado (VA) da agropecuária no País. O maior era em São Desidério-BA, com R$ 1,7 bilhão. O VA é a contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) pelas diversas atividades econômicas obtida pela diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o consumo intermediário absorvido por estas atividades.

FONTES DE ENERGIA E BIOMASSA NO BRASIL

A bioeletricidade a partir das fontes hídricas e da biomassa assume a segunda posição na matriz elétrica brasileira, pois a mais importante contribuição da fonte fóssil é o gás natural, com 13.704 MW, inferior à capacidade instalada pela fonte biomassa. O setor sucroenergético lidera entre as fontes de biomassa, sendo a terceira fonte mais importante da matriz elétrica nacional, em termos de capacidade instalada, atrás somente da fonte hídrica e das termelétricas com gás natural.

FONTES DE ENERGIA (MW)
POTÊNCIA OUTORGADA = 161.481

FONTES	Participação %
Hídrica	66,08
Fóssil	17,45
Biomassa	9,03
Outras*	7,44
Total	100,00

*Nuclear, eólica e solar

FONTES DE BIOMASSA (MW)
POTÊNCIA OUTORGADA = 14.609

FONTES	Participação %
Cana-de-açúcar	75,83
Floresta	22,55
Outras*	1,62
Total	100,00

*Casca de arroz, biogás-AGR, capim-elefante, resíduos (urbanos e animais) e biocombustíveis líquidos

Fonte: ANEEL; elaboração: UNICA – janeiro de 2017

FLEXIBILIDADE NA LEI TRABALHISTA DO CAMPO

Projeto para dar flexibilidade às normas reguladoras do trabalho rural (Lei nº 5.889/73) foi encaminhado ao Senado Federal. A iniciativa incorpora pelo menos três alterações importantes. A primeira preconiza que os empregadores tenham a oportunidade de sanarem as irregularidades apontadas pelos fiscais antes do auto de infração. A segunda está relacionada à criação de cotas de trabalho para pessoas com deficiência física. Já a terceira recomenda contrato de aprendizagem rural para jovens entre 14 e 24 anos inscritos em programas de formação técnico-profissional (para empregadores com mais de 200 empregados).

PROPOSTAS PARA EMERGÊNCIAS AGROPECUÁRIAS

O MAPA criou um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar uma proposta de organização do Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias. A missão da equipe, composta por especialistas em defesa agropecuária, é definir as diretrizes para a capacitação de técnicos, o reconhecimento de pragas e doenças e a mobilização imediata em casos de emergência. O objetivo é dar mais agilidade ao atendimento de situações inesperadas que possam afetar a produção agropecuária brasileira.

QUARENTA ANOS DA BR-163

O corredor de exportação pela rodovia BR-163 rumo aos portos do Norte é considerado uma das principais alternativas para o escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste, especialmente do norte do Mato Grosso. A distância do trecho de Cuiabá-MT à cidade portuária de Santarém-PA é de 1.765 quilômetros. Ao longo da rodovia, pelo menos sete das dez maiores processadoras de alimentos do mundo possuem plantas instaladas. Em 2015, cerca de 19 milhões de toneladas de grãos saíram pelos portos do Arco Norte, acima do paralelo 16°. Para o próximo ano, a expectativa é de que faltem apenas 85 quilômetros para o trecho de Cuiabá a Santarém estar asfaltado.


rotadooeste.com.br

ACORDO COM A OIE

O Brasil possui papel muito significativo no desenvolvimento sanitário das Américas no tocante a doenças como a febre aftosa, a peste suína clássica e a *influenza* aviária. Reconhecendo essa posição, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), entidade ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS), assinou acordo de cooperação com o MAPA, com o repasse de € 1 milhão (R$ 3,56 milhões) para programas de prevenção à febre aftosa e para melhoramento dos sistemas de auditorias sanitárias privadas. O Ministério coordenará as ações a serem executadas durante dois anos, a partir de janeiro de 2017, de acordo com as normas do Fundo Mundial da OIE para Saúde e Bem-Estar dos Animais.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Medida Provisória nº 759, publicada no final do ano passado, atualizou as Leis nº 8.629/93 e nº 11.952/09, que tratam, respectivamente, da reforma agrária e da regularização das ocupações em estados da Amazônia pelo Programa Terra Legal. O seu principal objetivo é consolidar e aumentar a velocidade de titularização de terras. Atualmente, das mais de 1 milhão de famílias que vivem em 9.332 assentamentos espalhados pelo Brasil, 85% ainda não têm o título da terra e, por isso, não acessam políticas públicas do setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

NORTE-AMERICANOS EXPORTARÃO MAIS ETANOL

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) concedeu US$ 10 milhões para o Conselho de Grãos (o Growth Energy) e a Renewable Fuels Association (RFA) estimularem a produção e a exportação de etanol. Isso poderá aumentar a produção de etanol nas refinarias, cuja meta é de 56 bilhões de litros neste ano, o correspondente ao consumo de 134 milhões de toneladas de milho. A medida visa dar saída para a grande safra, com os preços dos grãos enfraquecidos na atual temporada. Os estudos apontam que o crescimento na exportação de etanol de 3,4 bilhões de litros para 7,6 bilhões expandirá o consumo de milho em 10 milhões de toneladas, sendo que, com 1 tonelada do cereal, se produzem 42 litros de etanol.

POLÍTICA CAMBIAL CHINESA

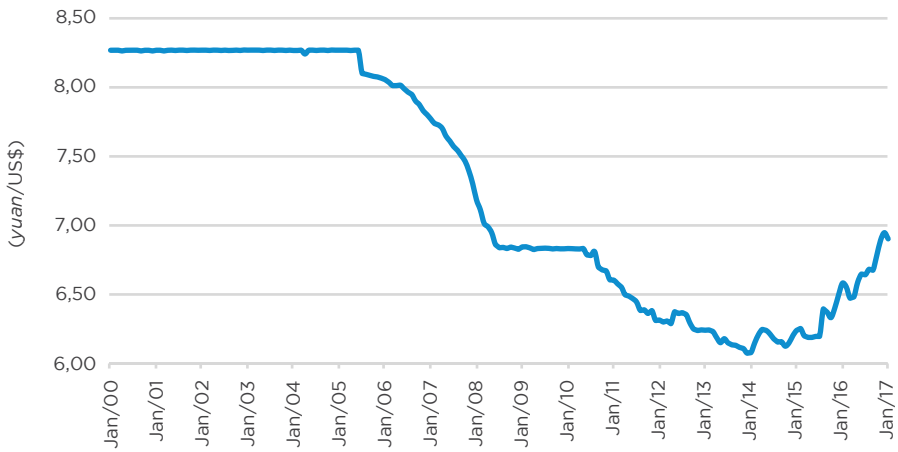
E LÁ SE VÃO MAIS DE US$ 800 BILHÕES

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

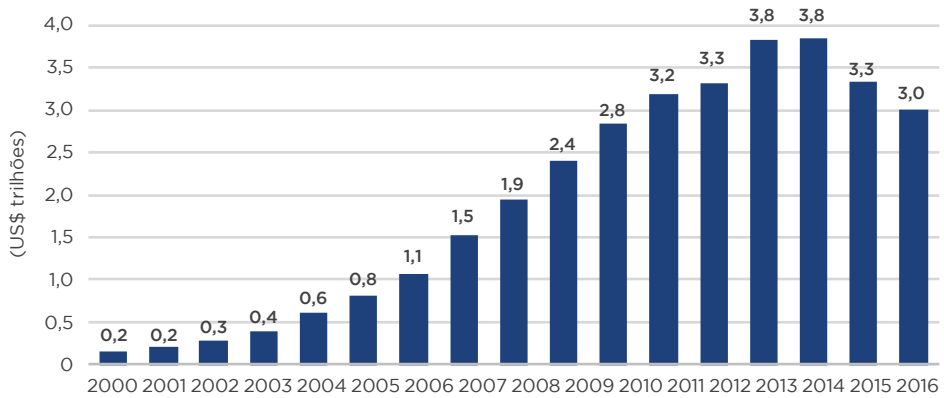
EM JANEIRO, enquanto o noticiário político e econômico dedicava a sua atenção à posse do novo presidente norte-americano, Donald Trump, e à apresentação da primeira-ministra britânica, Theresa May, sobre as etapas do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, pouca atenção foi dada a dois fatos ocorridos na China: de um lado, os bons números da indústria chinesa e, de outro lado, o esforço do Banco Central chinês para suavizar a tendência de desvalorização do *yuan* frente ao dólar norte-americano. A combinação destes dois fatores pode ser uma boa síntese do que esperar para a economia mundial em 2017: uma conjuntura econômica favorável sendo desestabilizada por eventos do lado político. Apesar da pouca atenção dada pela imprensa, o agronegócio brasileiro precisa permanecer atento ao que tem acontecido com essa grande economia asiática.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO CHINESA (*YUAN*/DÓLAR NORTE-AMERICANO) DE JANEIRO DE 2000 A JANEIRO DE 2017



Fonte: Quandl

RESERVAS INTERNACIONAIS CHINESAS TOTAIS (US$ TRILHÕES) DE 2000 A 2016



Fonte: Chinese State Administration of Foreign Reserves

O LONGO ESFORÇO CHINÊS DE CONTROLAR A SUA TAXA DE CÂMBIO

Não é de hoje que o governo chinês promove um grande esforço para manter a sua taxa de câmbio estável e em um patamar que confira competitividade aos seus produtos no mercado internacional. Por exemplo, apesar do forte crescimento das exportações chinesas desde a década passada, o Banco Central chinês conseguiu controlar o processo de apreciação do *yuan* na própria década. O sucesso desta política pode ser visto no salto expressivo das reservas internacionais da China, que passaram de US$ 165,6 bilhões, em 2000, para US$ 1,5 trilhão, em 2007.

Porém, com o estouro da crise financeira em setembro de 2008, o Banco Central chinês interrompeu o processo de lenta e gradual apreciação do *yuan*, mantendo o valor da sua moeda praticamente constante até maio de 2010. Todavia, conforme o Fed (Banco Central dos Estados Unidos) injetava dólar no mercado para tentar salvar as instituições financeiras, a moeda norte-americana perdia valor, criando nova pressão para que o *yuan* se apreciasse. Na realidade, esta pressão existiu sobre praticamente todas as moedas; por exemplo, é importante lembrar que a taxa de câmbio brasileira chegou à cotação de R$ 1,53/US$ em julho de 2011. De qualquer forma, a resposta da autoridade monetária chinesa foi permitir, novamente, uma leve e controlada apreciação da sua moeda por meio de uma sistemática compra de dólares. Ao cabo deste processo, o *yuan* chegou à sua menor cotação (¥ 6,07/US$) em janeiro de 2014 e as reservas chinesas, ao seu maior volume: impressionantes US$ 3,8 trilhões.

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NORTE-AMERICANA: PRESSÃO POR DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA

Conforme os Estados Unidos se recuperavam, a economia norte-americana voltava a atrair capitais, que, por sua vez, deixavam, principalmente, as economias emergentes, entre elas a economia chinesa. Esse processo de saída de dólar da China voltando para os Estados Unidos criou uma pressão para que a autoridade chinesa permitisse uma desvalorização da sua moeda. À primeira vista, esta pressão por desvalorização do *yuan* parece ser algo positivo para os chineses, afinal pode conferir maior competitividade aos seus produtos no mercado internacional. Além disso, se se for levar em consideração o excesso de capacidade instalada da indústria chinesa que está ociosa, qualquer fonte

de demanda para os seus produtos pode ser algo muito bem-vindo para a China.

Entretanto, desde então, o desafio chinês é fazer com que esse processo de desvalorização aconteça de forma controlada, o mais suave possível. Uma vez que os investidores tenham claro que a moeda de um país vá desvalorizar, todos os ativos precificados nesta moeda também tendem a desvalorizar. Como não faz muito sentido manter em seu balanço um ativo que vai desvalorizar, os agentes buscam vender esses ativos o quanto antes. Como vários agentes terão essa ideia ao mesmo tempo, pode haver uma saída de capital desordenada (em casos mais graves, essas saídas são chamadas de ataques especulativos). É justamente esse choque que a autoridade monetária chinesa quer evitar. Logo, o esforço atual da China é permitir uma desvalorização lenta e gradual do *yuan*, evitando uma saída desordenada de capitais.

ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP: PRESSÃO AINDA MAIOR POR DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA

Esse processo de desvalorização lenta e gradual foi mantido sem grandes turbulências até julho de 2015, quando ficou claro que o Fed iria aumentar a taxa de juros dos Estados Unidos. Como este aumento tornaria os ativos norte-americanos mais atraentes, a pressão por saída de capital da China aumentou desde então. Enquanto, em julho de 2015, a taxa de câmbio chinesa estava em ¥ 6,19/US$; ao final de 2016, chegou a ¥ 6,90/US$. Para tornar esse processo de desvalorização mais suave, desde 2015 o Banco Central chinês já queimou quase US$ 850 bilhões das suas reservas, chegando a US$ 3,01 trilhões em dezembro de 2016. Apenas para se ter uma referência, atualmente as reservas brasileiras estão em US$ 360 bilhões, ou seja, apenas para permitir uma desvalorização mais suave da sua moeda, os chineses já queimaram mais do que o dobro das reservas brasileiras!

Na realidade, essa pressão por desvalorização da moeda chinesa tem se intensificado ainda mais desde que Donald Trump venceu as eleições norte-americanas. Como o novo presidente norte-americano prometeu, de um lado, aumentar as barreiras tarifárias contra os produtos chineses e, de outro, fazer uma política fiscal expansionista (aumento dos gastos do governo e redução de impostos), provavelmente a inflação deve acelerar ainda mais nos Estados Unidos. Diante disso, o Fed já sinalizou que poderá elevar a taxa de juros de forma mais rápida e intensa do que inicialmente previsto. Com uma taxa de juros maior, os títulos norte-americanos ficam mais atraentes e pressionam uma saída de capital ainda mais intensa de outros mercados, inclusive do mercado chinês, pressionando o *yuan* por uma desvalorização maior.

COMO ESSA TURBULÊNCIA IMPACTA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

Infelizmente, ainda não está claro quais podem ser os desdobramentos dessa migração de capitais e da consequente desvalorização do *yuan* para o agronegócio brasileiro:

- Por um lado, como, em geral, o Brasil exporta para os chineses bens em que eles não conseguem ser autossuficientes, mesmo que o produto brasileiro fique mais caro por lá, não deve haver contração no volume exportado.

- Embora a China tenha apresentado notícias bastante animadoras – principalmente no seu setor industrial –, instabilidade no mercado cambial chinês pode fazer com que o mercado passe a avaliar de forma mais cautelosa empresas e setores cuja receita dependa dos mercados chineses. Esse é justamente o caso de diversas cadeias do nosso agronegócio.

- Por fim, ainda não está claro qual será a reação da China caso Trump cumpra a promessa de elevar as tarifas de importação para os produtos chineses. Por um lado, esta reação pode levar a uma substituição dos produtos norte-americanos por produtos brasileiros, o que seria positivo; porém, por outro, pode levar a uma desaceleração da economia chinesa, o que traria um crescimento também mais desacelerado da demanda chinesa por produtos brasileiros.

Enfim, embora não esteja claro como essas turbulências entre Estados Unidos e China podem afetar o nosso agronegócio, o setor precisa permanecer atento. Parece que o lado político será uma grande fonte de instabilidade para a economia em 2017. ■

BORRACHA NATURAL

PREÇOS ABAIXO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

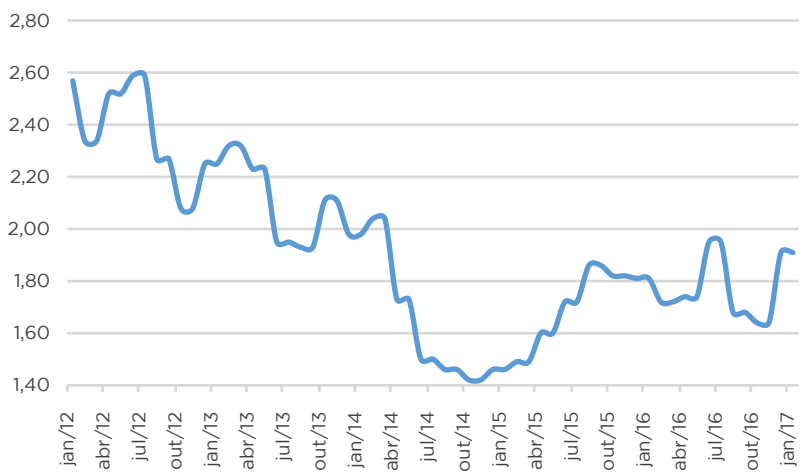
ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

ENTRE O final de 2014 e o começo de 2015, as cotações do látex atingiram os menores valores já registrados, ao redor de R$ 1,40 por quilo de coágulo em São Paulo, segundo a Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (Apabor). Internamente, houve queda na demanda, afetada pelo cenário econômico brasileiro, com redução principalmente do consumo pelo setor de automóveis. E, ainda, as quedas de preços internacionais ajudaram a impactar para baixo as cotações no mercado brasileiro. Lá fora, a pressão foi em função do aumento da produção mundial de látex no período, em especial nos países do Sudeste Asiático.

O Brasil depende das importações para atender a demanda interna. Aproximadamente dois terços do volume consumido são trazidos do exterior. Isso explica a forte relação entre os preços do látex nos mercados nacional e internacional. Se o recuo do dólar em relação ao real persistir, aumenta a competitividade do produto importado em relação à borracha natural brasileira, com a tendência de limitar as valorizações de preços no mercado interno.

ESTADO DE SÃO PAULO: PREÇO MÉDIO DO COÁGULO (PRC) PARA TBS IGUAL A 53%
(R$ POR QUILO)



Fonte: Apabor; compilado pela Scot Consultoria

De 2015 para cá, houve ligeira melhora nos preços do látex no mercado interno, mas, ainda assim, a situação da atividade está complicada. Os valores pagos estão abaixo dos custos de produção, estimados entre R$ 2,00 e R$ 2,50 por quilo de coágulo em São Paulo. A referência de preço no estado, em janeiro, está em R$ 1,91 por quilo de coágulo (ou US$ 0,60 considerando a taxa de câmbio média do mês), com os valores máximos chegando a R$ 2,14 por quilo (US$ 0,67), segundo a Apabor. Este é o preço para o produto com Teor de Borracha Seca (TBS) de 53%. Como o próprio nome diz, o TBS indica o teor de borracha no látex. O valor padrão do mercado é de53%. Caso a borracha contenha mais ou menos água, o valor pode subir ou descer.

Para produtor mais eficiente, que consegue produzir um quilo de borracha ao custo de R$ 2,00, a elevação do dólar para R$ 3,35 seria suficiente para igualar o preço no mercado interno brasileiro ao custo de produção. Até o dia 25 de janeiro, o dólar esteve cotado em R$ 3,20, em média. Seguindo a mesma lógica, para o produtor com custo de produção em R$ 2,50 por quilo, o dólar deveria atingir a cotação de R$ 4,20, o que é improvável acontecer.

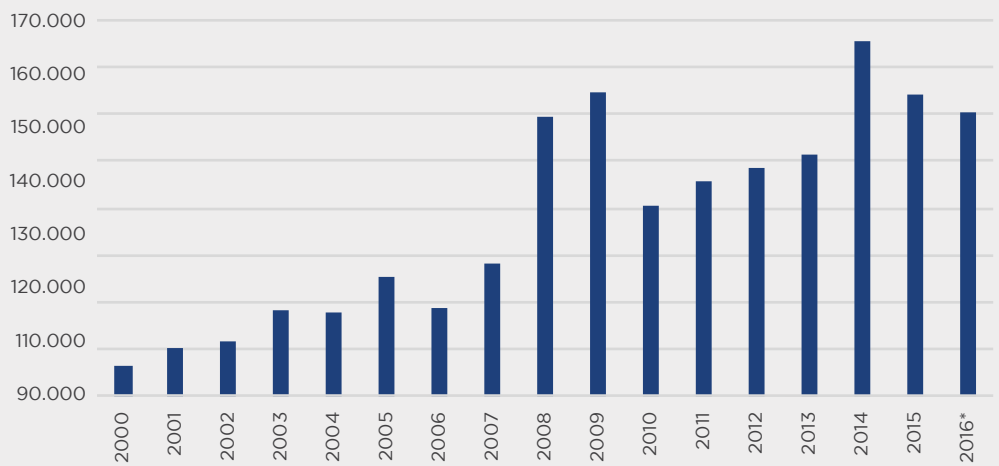
PANORAMA DA PRODUÇÃO DE BORRACHA

Entre 2005 e 2015, a área com seringueiras no Brasil cresceu a uma taxa média de 3,8% ao ano. Depois de consistente expansão de 2010 a 2014, com crescimento de 17,0% em comparação a 2013, a área produtiva diminuiu em 2015. Em 2015, a área destinada à produção de borracha natural (látex) foi de 154,18 mil hectares e aquela destinada à produção de látex totalizou 319,26 mil toneladas. Os números são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para 2016, deverá ser contabilizado mais um leve recuo de 3% a 4%.

São Paulo vem tendo papel fundamental no crescimento da área com seringueira no País. Isso se deu no último quinquênio, enquanto a área teve leve aumento na Bahia e caiu no Mato Grosso, estabilizando-se em baixa.

Com base nos últimos dados consolidados, em 2015 São Paulo segue como principal estado produtor, com 39,2% da área total, seguido pela Bahia (21,8%) e pelo Mato Grosso (18,2%). Em volume de produção, São Paulo respondeu por 57,1% do total.

BRASIL: ÁREA DESTINADA À PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL
(HECTARES)

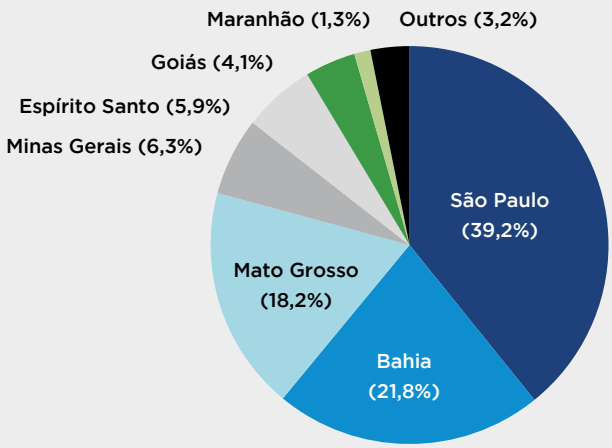


* Estimativa
Fonte: PPM/IBGE

A expectativa em curto e médio prazos é de ligeira recuperação nos preços do látex no mercado interno, em função da oferta mais ajustada e da expectativa de retomada gradual da demanda. No entanto, os valores pagos ainda deverão permanecer abaixo dos custos de produção.

Como os custos de produção estão acima do preço de venda do produto, o resultado direto disso é a queda no resultado econômico, com prejuízos para o produtor e consequente redução na área da cultura. ■

BRASIL: PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA DESTINADA À PRODUÇÃO DE BORRACHA EM 2015



Fonte: PPM/IBGE; compilado pela Scot Consultoria

Entre os principais estados produtores, Mato Grosso e São Paulo apresentaram quedas consideráveis na área com seringueira, de 28,7% e 2,0%, respectivamente, de 2014 a 2015. O quadro de recuo na área com a cultura no País nos últimos anos foi motivado pelos baixos preços pagos aos produtores pelo látex.

BRASIL: ÁREA COM SERINGUEIRAS NO BRASIL
(HECTARES)

ESTADOS	2014	2015	Variação
São Paulo	61.642	60.437	-2,0%
Bahia	33.521	33.595	0,2%
Mato Grosso	39.392	28.105	-28,7%
Minas Gerais	9.375	9.754	4,0%
Espírito Santo	8.920	9.030	1,2%
Goiás	5.905	6.350	7,5%
Maranhão	1.944	2.041	5,0%
Outros	4.437	4.870	9,8%
BRASIL	**165.136**	**154.182**	**-6,6%**

Fonte: PPM/IBGE

ENERGIA

OPORTUNIDADE DE NOVAS DIRETRIZES NO SETOR

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO Consultoria

NA ÁREA de energia, o Brasil está diante de uma grande oportunidade, mas aproveitá-la requer competência, espírito público, bom senso e muito diálogo. Durante o governo militar, houve a construção de uma infraestrutura que antes não existia. As circunstâncias políticas levaram obviamente a um alto grau de dirigismo. Houve erros e acertos, mas é inegável que ocorreram avanços na infraestrutura de telecomunicações, rodovias, geração e transmissão de energia elétrica, expansão da exploração, da produção e do refino de petróleo, desenvolvimento dos biocombustíveis etc.

Com a liberação política, veio, também, a gradual liberação, senão eliminação ou destravamento, de instrumentos de intervenção. No entanto, na área de energia, o modelo continuou com elevado grau de dependência de um regime baseado em monopólio, ou condições de mercado com baixo grau de concorrência. Este foi o modelo que vigorou até recentemente. Há, neste momento, um visível esforço de distanciamento do antigo modelo, na direção do reconhecimento do papel que agentes privados podem desempenhar, visando, em última análise, à materialização dos investimentos requeridos para que o País volte a crescer nos diferentes setores envolvidos com a produção, a geração e a distribuição das diversas fontes de energia.

Administrar o mercado a partir de monopólios é muito mais simples, mas também menos eficiente. A missão declarada por diversas esferas da administração federal tem sido de que a tarefa atual é construir a regulação, o arcabouço legal e institucional, que estimule investimentos privados na direção do atingimento das metas fixadas pela política pública.

Energia é a base do desenvolvimento econômico. Sem energia não se desenvolve a produção e não é criado bem-estar. Mas, não basta gerar energia em quantidade; ela precisa ser gerada de forma eficiente, ser disponibilizada de forma acessível, regular e confiável e ter um custo baixo, para não onerar os consumidores e os diferentes elos da cadeia produtiva. Precisa ter boa origem, ser eficiente e barata. Se for gerada com baixo impacto ambiental e gerar emprego e renda local, melhor ainda, mas isso nem sempre é reconhecido, por falhas de mercado. A regulação pode ajudar a tornar todos esses pontos mais visíveis.

O atual governo será bem-sucedido se criar as condições de regulação capazes de estimular os agentes privados na direção do atingimento dos objetivos da política energética, de meio ambiente, de desenvolvimento industrial e de desenvolvimento econômico e de integração regional, todos definidos de forma coordenada, harmônica e consistente.

O Brasil é abundante em recursos naturais, seja no setor mineral, seja na sua capacidade de transformar energia renovável em formas de energia mais facilmente absorvíveis e/ou armazenáveis. O aproveitamento destas potencialidades deveria ocorrer, evitando distorções ou ineficiências.

A regulação deve ser mínima, coerente, e as ações dos diferentes órgãos envolvidos devem ser consistentes, evitando duplicidade de funções e orientações divergentes. A regulação deve buscar previsibilidade e confiabilidade e, por esse motivo, deve ser, na medida do possível, perene.

Há questões fundamentais a serem resolvidas na exploração e na produção de petróleo e gás, no destravamento dos nós gerados pelo governo anterior no setor elétrico e na definição de metas, e de como atingi-las, na área de biocombustíveis e na de energias renováveis em geral.

No caso dos biocombustíveis, existe a oportunidade de se criar uma regulação que reconheça a capacidade relativa de cada um deles de contribuir para o atingimento da meta de descarbonização definida pelo Brasil no Acordo do Clima. Esta regulação deve ser aplicável ao bioetanol, ao biodiesel, ao biogás/biometano e ao bioquerosene, de todas as origens. Se esse objetivo for atingido, poderá ser criado um farol que indique o tamanho do mercado a ser perseguido.

O Brasil atingiu uma escala impressionante de produção e consumo de biocombustíveis, por meio do bioetanol e do biodiesel. Pode consolidá-la e se expandir nestas duas fontes, assim como na do biogás/biometano e do bioquerosene. Mas, é preciso criar uma meta crível e executável, com o apoio de instrumentos modernos de precificação e de alocação de risco. Poderemos ter, no futuro, o desenvolvimento de mercados futuros com liquidez e de incentivos para que sejam incorporadas novas tecnologias que permitam um melhor aproveitando dos combustíveis.

O atual governo tem pouco tempo para aperfeiçoar o arcabouço legal e institucional do setor de energia nas áreas de petróleo, gás, eletricidade e biocombustíveis. O mesmo ocorre na geração distribuída de energia elétrica, que tem um enorme potencial por meio do seu aproveitamento em residências e prédios inteligentes. É um desafio considerável, para o qual a sociedade civil pode oferecer a sua contribuição. ■

SHUTTERSTOCK



ARGENTINA

APOSTA NO AGRONEGÓCIO

DA REDAÇÃO

AO CELEBRAR um ano de gestão, o presidente Mauricio Macri enfrenta uma economia combalida na Argentina, com desemprego em alta de 8,5%, estimativa de Produto Interno Bruto (PIB) negativo superior a 3,5% para 2016 e inflação anualizada acima de 40%.

Apesar disso, é esperada uma grande virada nesse quadro incômodo. O motivo está depositado nas colheitas mais fartas para as safras 2016/17 e 2017/18.

Na verdade, a economia sentirá o efeito positivo das medidas tomadas no início do governo Macri, com as retenções nas exportações sendo rebaixadas na soja em grão de 35% para 30% e zeradas no trigo, no milho e na carne. Na soja, esse processo será retomado de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, com corte mensal de 0,5%, até chegar a 18%.

No fundo, essas providências fazem parte do plano de reduzir o controle dos preços e dos impostos

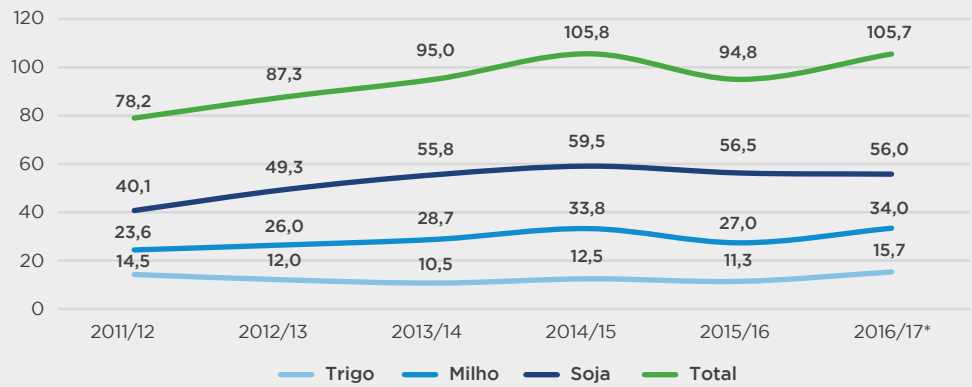
SAFRA 2016/17

Organizado pela Secretaria de Mercados Agroindustriais no final do ano passado, um evento sobre perspectivas agrícolas divulgou as estimativas oficiais do tamanho da safra nacional de grãos para a temporada 2016/17: 130 milhões de toneladas.

Para a Bolsa de Comércio de Rosário (BCR), a estimativa é de que a agricultura, na safra 2016/17, gere US$ 30 bilhões para a economia argentina. Existem, ainda, 13 milhões de toneladas de óleos vegetais e 42 milhões de toneladas de farelo de soja e subprodutos para serem incluídos nessa conta. O cenário é positivo, com grande parte de suas *commodities* já com contratos futuros vendidos.

No curto prazo, as culturas de milho e trigo foram as mais beneficiadas com a reforma das *retenciones* nas exportações de grãos. Como ficaram em condições mais rentáveis, cada uma destas culturas deve expandir a área em mais de 1 milhão de hectares, com aumento na produção. Já a soja ganhará competitividade mais adiante, com os cortes previstos nas *retenciones* entre 2018 e 2019.

ARGENTINA: PRODUÇÃO DE GRÃOS
(MILHÕES DE TONELADAS)



* Projeção
Fonte: USDA

Com as chuvas ocorridas em janeiro que resultaram nas inundações na Zona Núcleo da Argentina, analistas de mercado estimam uma quebra na produção de soja acima de 10%.

elevados dos governos Kirchner de 2003 a 2014. São medidas mais liberais para estimular a produção via mercado. Assim, depois de uma contração de 2,5% em 2016, a agropecuária pode ter, em 2017, uma expansão econômica de até 3,5%.

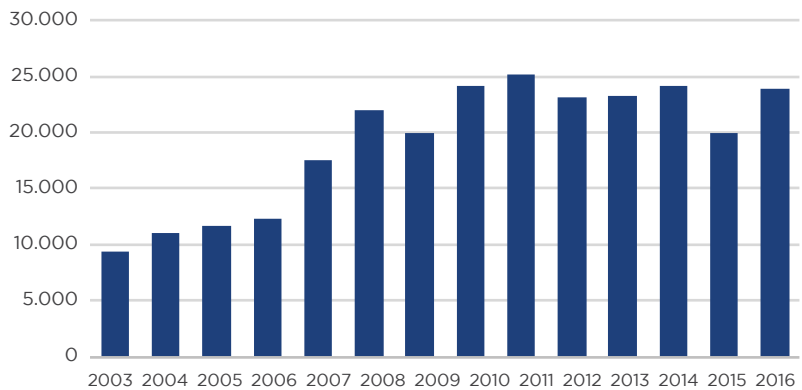
Outra decisão importante no começo de 2016 foi o plano de desvalorização do peso argentino, pelo abandono por parte do governo de uma série de controles cambiais. Com a depreciação da moeda, os setores das "agroexportações" voltaram a ser estimulados.

Vale lembrar o caso da triticultura, cujo cultivo perdeu um terço da sua área, pela falta de rentabilidade, desde a década passada aos dias atuais. Na comercialização da safra 2013/14, por exemplo, o governo chegou ao extremo de suspender os embarques para o exterior, de modo a priorizar a garantia do abastecimento interno. O Brasil, principal país importador do produto, teve de buscar outras fontes de fornecedores.

Nos complexos de cereais e oleaginosas, a Argentina exportou a soma de US$ 23,9 bilhões em 2016, de acordo com Centro de Exportadores de Cereais (CEC) e a Câmara da Indústria de Azeite (Ciara). É um incremento de 22% sobre o período precedente, quando foram embarcados US$ 19,6 bilhões. Aquele valor apenas não supera o recorde registrado em 2011, de US$ 25,3 bilhões, quando uma grave seca no meio-oeste norte-americano quebrou a safra e as cotações de milho e soja entraram em alta. Mas, mesmo sem ciclo de alta nas *commodities* agrícolas, tal valor deverá ser superado neste ano.

Com tudo isso, há justificativa concreta de novos tempos mais favoráveis para os agricultores do país desenvolverem uma atividade mais diversificada. A concentração na produção ficou mais forte na sojicultura pelo longo período de cotações favoráveis nas grandes bolsas internacionais, em função da demanda chinesa. Nos outros negócios, o controle do câmbio e dos preços tirava a previsibilidade de se fazer e executar um plano. ■

ARGENTINA: EXPORTAÇÃO NOS COMPLEXOS DE CEREAIS E OLEAGINOSAS



Fonte: CEC; Ciara

RECUPERAÇÃO MAIS LENTA NA PECUÁRIA

Até meados da década passada, o país era o terceiro maior exportador mundial de carne bovina. Com as políticas oficiais de cotas de exportação e dos limites de preços, o baque veio de forma acachapante: cerca de 138 frigoríficos entraram com pedido de recuperação judicial.

Para recuperar o estoque do rebanho bovino existente em 2006, quando o governo decidiu restringir as exportações de carne e interferir no mercado, serão necessários sete anos, conforme diagnóstico feito pela Confederação de Associações Rurais da Terceira Zona (Cartez). De lá para cá, a quantidade de gado reduziu de 61 milhões de cabeças para 48 milhões. A expectativa é de uma retomada no crescimento da produção de carne de 15% até 2019.



SHUTTERSTOCK

Exportação brasileira de grãos

Retomada do crescimento

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

EM 2016, apesar de positivos, os resultados alcançados pelo setor exportador de grãos brasileiro ficaram aquém daqueles estimados no início do ano, às vésperas da colheita da safra 2015/16. As perdas do setor produtivo, em função de condições climáticas adversas relacionadas à influência do fenômeno La Niña, foram demasiadamente severas. Algumas regiões perderam quase a totalidade da safra plantada.

Na soja, a colheita encerrou com uma perda total em torno de 6,5%. Isso representa um volume de aproximadamente 6,7 milhões de toneladas a menos em relação às estimativas de safra iniciais divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com uma menor oferta no mercado, a exportação brasileira encerrou 2016 com um total de 50,5 milhões de toneladas, bem abaixo do previsto incialmente, de 57,0 milhões de toneladas.

No milho, as perdas foram ainda maiores. Cerca de 15 milhões de toneladas deixaram de ser colhidos, o equivalente a 18% da produção inicialmente

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS)

SAFRA		2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Milho	Produção	78,2	86,4	87,8	97,3	66,6
	Exportação*	22,3	26,2	20,1	30,2	17,4
Soja	Produção	69,6	82,2	87,4	98,1	95,4
	Exportação*	32,4	42,8	45,7	51,3	50,5
Total	Produção	147,8	168,6	175,2	195,4	162,0
	Exportação*	54,7	69,0	65,8	81,5	67,9

* Dados provenientes da ANEC
Fonte: Conab; MAPA

PERDAS NA BALANÇA COMERCIAL

Com mais de 20 milhões de toneladas de grãos a menos de milho e soja, o País enfrentou dificuldades no abastecimento interno. Setores dependentes destes produtos tiveram problemas diretos de aumentos de custos. É o caso da indústria processadora destas matérias-primas e da área produtora de carnes de aves e suínos. Já o mercado externo se viu obrigado a diminuir o ritmo crescente das exportações, principalmente de milho. Essas perdas acarretaram prejuízo para a balança comercial brasileira. Se forem considerados os preços médios desses produtos praticados ao longo de 2016, o valor é de aproximadamente US$ 4,6 bilhões.

estimada. O milho 2ª safra foi mais afetado, com perdas de mais de 13 milhões de toneladas. Assim, a exportação brasileira, inicialmente projetada em 30 milhões de toneladas, encerrou o ano com um volume de 17,4 milhões de toneladas. Algumas indústrias recorreram à importação de milho do Paraguai e da Argentina para garantir o abastecimento de suas fábricas.

Cenário da safra 2016/17

Estudos mais recentes projetam baixa probabilidade de fenômenos climáticos para 2017, em especial El Niño e La Niña. Durante a fase de plantio, o clima foi considerado entre bom e regular em toda a área nos diferentes estados produtores. Houve predominância de bom estado pluviométrico em quase 80% dos casos.

Mesmo com dificuldade na obtenção de crédito de custeio para a lavoura, reclamada pelo setor produtivo, os levantamentos apontaram que a aplicação de fertilizantes e defensivos foi realizada a tempo e de forma adequada pelos produtores.

Em razão das notícias animadoras durante a fase de plantio da safra de soja e da primeira safra de milho, as estimativas apresentadas pela Conab são positivas. As atenções voltam-se para a segunda safra de milho, a começar logo após o término da colheita da safra de soja, principalmente entre este mês e o próximo, na maioria dos estados produtores.

Com uma safra próxima de 188 milhões de toneladas de soja e milho, as projeções de exportação para 2017 recuperaram o espaço perdido no ano passado. Os embarques devem alcançar 60 milhões de toneladas na soja e 25 milhões de toneladas no milho. Se estes números se confirmarem, a oleaginosa alcançará uma quantidade recorde.

Em termos de preços, os valores deverão manter-se em níveis similares aos atuais, próximos de US$ 400

BRASIL: PRODUÇÃO DE MILHO E SOJA NA SAFRA 2016/17
(MILHÕES DE TONELADAS)

PRODUTO	PRODUÇÃO
Soja	103,8
Milho	
1ª safra	28,4
2ª safra	56,1
Total	84,5
Total geral	**188,3**

Fonte: Conab; MAPA – janeiro de 2017

a tonelada de soja e US$ 140 a tonelada de milho. O câmbio em dólar, ao oscilar no intervalo entre R$ 3,20 e R$ 3,60, contribuiu para a competitividade da soja brasileira frente aos seus principais concorrentes no mercado internacional, os Estados Unidos e a Argentina.

Nessa projeção, as exportações de soja e milho em 2017 podem gerar uma receita de US$ 27 bilhões para a balança comercial brasileira. Se somarmos, ainda, as divisas provenientes das exportações de farelo e óleo de soja, o valor superará os US$ 33 bilhões.

Fatores de risco nas exportações

Se, da porteira para dentro, as notícias são animadoras, diversos fatores podem prejudicar o desempenho das exportações, com ônus acima do normal nas operações e inibição no fluxo normal para o escoamento da produção ao mercado internacional.

Rodovias: são o principal modal de transporte da safra de granéis, responsável pela movimentação de mais da metade do total da produção. Como são uma via mais cara e ineficiente, comprometem a receita do produtor rural, devido aos descontos aplicados ao valor da mercadoria em razão dos custos logísticos.

Investimentos em melhoria, ampliação e construção de ferrovias, rodovias e portos foram previstos por parte do governo federal desde 2012, quando foi lançado o Programa de Investimento em Logística (PIL).

Ferrovias: o PIL previu a construção de novos trechos para ligar os eixos do centro-sul do Mato Grosso ao eixo norte-sul. Essa rota vai desde Pelotas (no Rio Grande do Sul), com acesso ao Porto de Rio Grande, até o Porto de Belém (Pará). Existe, ainda, a possibilidade de acesso a outros portos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão.

Até agora, somente o trecho de Palmas (Tocantins) a Uruaçu/Anápolis (Goiás), que faz parte do eixo norte-sul, foi finalizado, mas ainda está inoperante, na dependência da realização do leilão para concessão, previsto para o final deste ano. Os demais trechos, como o de Lucas do Rio Verde (Mato Grosso) até Campinorte (Goiás), para ligar com o eixo norte-sul, estão em fase de licitação, sem previsão para se iniciarem as obras.

Outro investimento fundamental são a ampliação e a pavimentação da BR-163, para ligar o estado do Mato Grosso aos Portos de Miritituba e Santarém (Pará). As obras estão em ritmo bem lento, com pavimentação esburacada de grandes extensões e sem duplicação dentro do Mato Grosso, além de mais de 200 quilômetros sem pavimentação no estado do Pará. Há previsão de conclusão de parte destas obras ainda em 2017.

Os investimentos na área portuária são mais frequentes devido às concessões à iniciativa privada, como nos Portos de Santos (São Paulo), Itaqui (Maranhão) e Barcarena/Belém (Pará), onde foram construídos novos terminais e armazéns, como aumento na capacidade de recebimento e embarque de grãos. O Porto de Miritituba, em operação desde 2014, possui obras em andamento para a ampliação de sua capacidade. Entretanto, é difícil acesso até o Porto, pela BR-163, a partir do Mato Grosso, e pela BR-230, já no Pará, predominantemente de estrada de terra. Neste trajeto, são comuns acidentes com caminhões devido às más condições da estrada.

Hidrovias: são o modal mais adequado para transportar granéis, mas não são contempladas no PIL. Lançado em 2013, o Programa Hidroviário Estratégico (PHE), sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Portos (SEP), até o momento pouco avançou, com a maioria dos projetos em fase de estudo de viabilidade técnica e econômica. A previsão inicial de iniciar e concluir as obras de 2018 a 2024 fica cada vez mais distante, diante de uma demanda de investimentos públicos na ordem de R$ 17 bilhões e da crise financeira do País.

Padrões de qualidade: existem divergências nesta questão no que se refere à tolerância de

determinadas substâncias presentes na soja e no milho brasileiros em relação àquelas admitidas por importantes importadores, em especial a China. Esse contexto coloca em risco a exportação. Os países exportadores podem estabelecer embargos quando constatada a presença considerada excessiva de substância. Existem casos de limites e tolerâncias totalmente impossíveis de serem cumpridos. A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) negociam com a China a criação de um comitê bilateral para discutir assuntos dessa natureza, de modo a solucionar problemas sem a tomada de medidas mais severas. ■

GREVE DOS TRANSPORTADORES DE GRÃOS

A exemplo do ocorrido em 2015, neste início de ano, com uma perspectiva de safra cheia, transportadores autônomos e empresas de transporte de carga do estado do Mato Grosso iniciaram uma greve. A reivindicação é de melhor remuneração pelos serviços prestados com o frete por meio da criação de uma tabela de preços, subsídios do governo federal para quitação de dívidas de financiamentos na aquisição de novos veículos e redução do preço do combustível.

Os reflexos desse movimento são pontos de bloqueio nas estradas em regiões como Rondonópolis e Nova Mutum. Os grevistas impedem a viagem de caminhões carregados com grãos. Os motoristas são coagidos a aderirem à paralisação. Como interrompe o fluxo de abastecimento dos armazéns e terminais nos portos, essa situação coloca em risco os embarques programados.

A metodologia de precificação dos fretes é baseada na regra de mercado da oferta e da procura, como em qualquer outro setor. A disponibilidade de caminhões expandiu devido aos estímulos para aquisições de novos veículos pelo programa Procaminhoneiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A renovação da frota feita pelas empresas transportadoras e pelos autônomos, com os veículos antigos continuando ainda em operação, aumenta a concorrência entre os próprios prestadores do serviço. Em consequência, os valores cobrados pelo frete entram em queda.

Qualquer entidade representativa, seja da classe transportadora ou do setor exportador, ao tentar de alguma forma estabelecer preços para prestação dos serviços de transporte de carga, cometerá um ilícito contra a Constituição. Em qualquer atividade, é condição *sine qua non* a livre concorrência regular o próprio mercado.

SHUTTERSTOCK





BIOTECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O futuro da agricultura em nossas mãos

CiB
Conselho de Informações sobre Biotecnologia

A TURBULÊNCIA que atingiu o Brasil em 2016 não foi capaz de desestruturar a forte agricultura nacional. A robustez do setor é resultado do investimento do País em ciência e da ousadia de nossos agricultores. Se, até os anos 70 do século passado, a expansão agrícola brasileira deu-se com a incorporação de novas áreas; hoje, ela é fundamentada em ganhos de produtividade e preocupação com a sustentabilidade.

Até o momento, os sistemas agrícolas brasileiros conseguiram atender a demandas nacionais e internacionais. A biotecnologia, sem dúvida, teve contribuição para esse processo. Entretanto, em face dos cenários cada vez mais complexos, nossa agricultura enfrentará o desafio de continuar agregando valor, segurança e qualidade aos alimentos com velocidade e eficiência superiores àquelas demonstradas até agora.

Os avanços alcançados, ainda que significativos, não vão garantir os mesmos resultados por muito tempo. A economia global e a agricultura estão caminhando na direção da convergência de conhecimentos. Já é preciso pensar em regulamentar e estimular, por exemplo, plantas desenvolvidas com novas técnicas de engenharia genética e culturas que produzem compostos para outras indústrias.

A boa notícia é que o Brasil tem condições de se destacar nesse cenário. Temos centros de pesquisa e cientistas de excelência, agricultores inovadores e experiência em agricultura tropical. Devemos agora apostar na modernização dos processos de tomada de decisão e na coordenação entre eles para construirmos hoje esse amanhã promissor. Este especial compartilha com o leitor essa visão.

Perspectivas da agricultura brasileira na visão da COP-13

O setor agrícola brasileiro, que lança mão de técnicas sofisticadas, já reflete a agricultura sustentável discutida nesses e em tantos outros foros.





Rodrigo C. A. Lima

Advogado, doutor em Comércio Internacional, especializado em barreiras não tarifárias e desenvolvimento sustentável, e diretor-geral da Agroicone

Leonardo Munhoz

Advogado, mestre em Direito Ambiental e pesquisador da Agroicone

Em dezembro de 2016, ocorreu a COP-13, reunião da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que tem como objetivos evitar a perda da biodiversidade, promover sua conservação e incentivar o acesso aos recursos genéticos e a repartição de benefícios oriundos. Em paralelo, ocorreu a MOP9, do Protocolo de Cartagena, que trata da biossegurança de Organismos Vivos Geneticamente Modificados (OVGMs), e a MOP2, do Protocolo de Nagoya, cujos focos são o acesso e a repartição de benefícios dos recursos genéticos.

As discussões ocorridas nesses encontros são fundamentais. Na COP-13, por exemplo, as partes definiram que, para alimentar o mundo de maneira sustentável, deve-se evitar a perda da fertilidade dos solos, proteger recursos hídricos e florestas, adotar tecnologias e inovações que permitam ganhar produtividade e reduzir impactos, melhorar a eficiência no uso de defensivos e assegurar a biossegurança dos OVGMs e das novas técnicas de biologia sintética.

A agricultura moderna, que lança mão de técnicas sofisticadas, já reflete a agricultura sustentável discutida nesses e em tantos outros foros. O setor agrícola brasileiro, por exemplo, adota técnicas de baixo carbono como plantio direto, usa insumos de maneira racional, conserva o solo e conjuga produção e conservação de vegetação nativa. Naturalmente, há grupos e países que levam para as reuniões da CDB a visão de que há somente um modelo de agricultura, aquele que restringe as ferramentas disponíveis para o agricultor enfrentar os desafios do campo.

Justamente por isso que é essencial mostrar as diferentes agriculturas do Brasil, desde as mais sofisticadas tecnicamente, passando pelos modelos de integração com pequenos agricultores e pelas cooperativas, até chegar à agricultura orgânica. O aprimoramento das práticas produtivas e das políticas que incentivam os diversos modelos de produção brasileiros é o caminho para impulsionar o País como líder na produção de alimentos, energias renováveis e fibras.

A biossegurança de OVGMs foi outro tema relevante tratado nas negociações. O Guia de Avaliação de Risco, criado nos últimos sete anos, foi reconhecido como referência, mas não formalmente adotado. Isso vai permitir que países criem documentos baseados em informações científicas e, efetivamente, façam as melhores avaliações de risco. Prevaleceu uma solução equilibrada. O uso de informações digitais de origem genética foi outro grande tema da COP-13 e deverá gerar muitas discussões nos próximos anos.

Promover as metas de biodiversidade e incentivar boas práticas produtivas é um desafio dos países e dos atores privados que utilizam recursos naturais como insumos-base para as suas atividades. Cabe ao setor agrícola brasileiro trazer para o centro das discussões os casos de sucesso e os aprimoramentos que já fazem parte da prática agrícola nacional. Assim, gradativamente, vai se colaborar com o estabelecimento das fronteiras do desenvolvimento sustentável.

Caminho para a sustentabilidade da biotecnologia agrícola

O alto índice de adoção da transgenia no campo, indicativo de sua eficiência, exige que a taxa de adoção do refúgio também seja elevada.



Adriana Brondani

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretora executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB)

Não é possível falar de agricultura brasileira sem mencionar números expressivos. Com práticas sustentáveis, emprego de tecnologia e produtores comprometidos, geramos parte significativa dos alimentos, das fibras e das energias renováveis consumidos em todo o mundo. Na safra 2016/17, só em grãos, o País colherá 215,3 milhões de toneladas, segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Quando se fala em grãos, soja e milho aparecem como as principais culturas produzidas no País. Ambos correspondem a quase 90% da produção. A soja deve alcançar uma produção acima de 100 milhões de toneladas, e o milho, quase 85 milhões de toneladas, distribuídos entre primeira e segunda safra. Não por acaso, está disponível para essas culturas, além de para o algodão, a inovação das sementes geneticamente modificadas (GM).

Há outros dados que impressionam. De acordo com o último levantamento do Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas (ISAAA), a área plantada com culturas transgênicas no Brasil foi de 44,2 milhões de hectares, a segunda maior do mundo. Nesta área, aproximadamente 39% foram cultivados com plantas resistentes a insetos (plantas Bt). O cultivo dessa tecnologia em grandes áreas pode resultar na seleção de pragas-alvo resistentes às toxinas Bt. Diante disso, a implementação de um programa de Manejo da Resistência de Insetos (MRI) é indispensável, e o refúgio é a principal estratégia deste tipo de programa.

O refúgio é uma área cultivada com plantas não Bt em lavouras de soja, milho ou algodão transgênicas cujo objetivo é produzir insetos suscetíveis às proteínas inseticidas que irão se acasalar com os insetos resistentes provenientes das áreas Bt, gerando novos indivíduos suscetíveis à tecnologia. A ideia é manter uma população de pragas

Funcionamento das áreas de refúgio



vulneráveis ao efeito inseticida da variedade transgênica e preservar os benefícios da tecnologia.

O percentual da área que deve ser usado como refúgio varia de acordo com a cultura transgênica utilizada. As áreas de refúgio devem estar localizadas a uma distância máxima de 800 metros da lavoura com tecnologia Bt, e a planta deve ser da mesma espécie, além de ter ciclo e porte iguais aos da variedade Bt. A proporção é de 20% para a soja e o algodão e de 10% para o milho.

Elevar a taxa de adoção de refúgio é um desafio. Para haver um índice maior de agricultores com proteção correta da sua lavoura por meio da adoção do refúgio, empresas produtoras de sementes, cooperativas, associações e acadêmicos já estão engajados em atividades de educação e de extensão rural. O programa Boas Práticas Agronômicas em Culturas Bt é uma dessas iniciativas fundamentais para ajudar os agricultores a tomarem as decisões mais adequadas aos seus sistemas de produção.

Também chamado de BOAS pelos produtores, o projeto objetiva estreitar vínculos com o homem do campo, estabelecendo-se como parceiro e fonte confiável de informações técnicas sobre a melhor forma de utilizar a biotecnologia agrícola e preservar a eficácia das sementes Bt. Desde julho de 2015, o programa já percorreu 31 cidades de nove estados produtores, com impacto em 10 mil agricultores por meio de atividades interativas conduzidas por uma equipe multidisciplinar de profissionais em congressos do setor, feiras agrícolas e dias de campo.

O REFÚGIO TEM COMO OBJETIVO MANTER AS PRAGAS VULNERÁVEIS AO EFEITO INSETICIDA DA PLANTA TRANSGÊNICA.

Os números apresentados pelo Brasil na adoção de tecnologias no campo são impressionantes. Mas, é necessário, também, que todo o setor apoie os programas de educação e de extensão rural, essenciais para a manutenção da eficiência, da durabilidade da tecnologia e da diminuição de insetos resistentes à Bt. Informações técnicas e esclarecimento de dúvidas podem ser encontrados no site **www.boaspraticasagronomicas.com.br**.

Como plantar nas áreas de refúgio



IMPORTANTE RESPEITAR: Tamanho mínimo da área | Distância máxima de 800 metros

Próxima fronteira tecnológica da agricultura

Uma nova revolução lança mão das mais recentes descobertas para expandir as possibilidades de realizações em termos de introdução de características em plantas.



Alexandre Nepomuceno

Engenheiro agrônomo, pós-doutor em Biologia Molecular e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

A base genética disponível para o melhoramento de plantas sempre foi limitada pelo fato de não ser possível introduzir características de uma espécie em outra. A transgenia revolucionou esse cenário, abrindo caminho para o desenvolvimento de plantas que possuem características novas obtidas por meio de novos métodos.

No fim do século passado, um trabalho de 10 anos foi celebrado por pesquisadores do mundo todo: o primeiro sequenciamento do genoma de uma planta. Hoje, 17 anos depois, com a utilização da nova geração de sequenciadores de DNA e poderosos programas de bioinformática e modelagem computacional, os cientistas podem comemorar o sequenciamento de genomas a cada semana. Toda essa informação genética gerada pelas tecnologias de alto desempenho é, agora, a base para uma nova revolução que expande as possibilidades do que é realizável em termos de introdução de características em plantas.



Até recentemente, as ferramentas disponíveis de engenharia genética permitiam unicamente alterações dos blocos maiores de sequências de DNA inseridos de forma aleatória no genoma da espécie-alvo. Avanços na área, agora, permitem a obtenção de novas variações, com modificações dirigidas a uma determinada região do genoma-alvo, como mutações específicas, inserções e substituições de genes e/ou blocos de genes. Essas técnicas são alternativas poderosas para o desenvolvimento de plantas com alto valor agregado para a agricultura, a indústria ou a Medicina.

A TRANSGENIA PERMITIU O DESENVOLVIMENTO DE VARIEDADES COM CARACTERÍSTICAS QUE NÃO PODERIAM SER OBTIDAS DE OUTRA MANEIRA.

EXEMPLOS DE APLICAÇÕES DA ENGENHARIA GENÉTICA DE PRECISÃO

Canola: técnica de ODM (Mutação Direcionada por Oligonucleotídeos – pequenos fragmentos de DNA) para gerar plantas resistentes a herbicidas;

Soja: técnica dos "dedos de zinco" ("*zinc-finger*") para induzir com sucesso mutações em um gene específico (DICER-LIKE4);

Arroz: mutações direcionadas a uma determinada parte do genoma mediadas pela estratégia TALEN (Transcription Activator-Like Effector Nucleases), originando uma planta resistente a uma bactéria causadora de grandes perdas aos rizicultores.

Estas abordagens e outras são utilizadas para melhorar diversas plantas, com o diferencial de poder criar um indivíduo com nova variação genética sem possuir um gene de outra espécie. O fato de os vegetais melhorados serem idênticos aos que lhes deram origem indica que as mutações não resultaram em características adversas.

POTENCIAL E REGULAMENTAÇÃO

Com grande potencial de alterações específicas nos genomas vegetais, as variedades obtidas pela Engenharia Genética de precisão poderão ser regulamentadas pelos órgãos governamentais competentes de forma diferente das plantas transgênicas tradicionais. Autoridades em todo o mundo analisam e se posicionam sobre essa questão. Como cada inovação terá suas especificidades, a abordagem proposta no Brasil, da análise caso a caso, pode ser considerada um modelo.

Desta maneira, a Engenharia Genética de precisão consolida-se como uma das áreas de maior interesse na pesquisa genética avançada. O seu potencial na agricultura é enorme. Para manter a sua competitividade e a sua posição de destaque global nesse setor, o Brasil necessita analisar a biossegurança e incentivar a pesquisa. O estímulo à sua adoção deverá ser com velocidade igual ou maior do que a observada para as inovações agrícolas hoje em uso no campo. Um futuro promissor depende de decisões adequadas no presente.





RETROSPECTIVA 2016

JANEIRO

Batata transgênica

A agência reguladora de alimentos e medicamentos dos EUA aprovou uma batata geneticamente modificada (GM) com quatro novas características. A planta é menos suscetível a danos e à doença da pinta preta, tem menor teor de asparagina (aminoácido que, se aquecido a altas temperaturas, pode causar mal à saúde), maior capacidade de resistir ao frio quando armazenada e resistência ao fungo *Phytophthora infestans*, causador da requeima da batata.

Segurança em longo prazo

O projeto Avaliação de Risco de Transgênicos e Comunicação das Evidências (GRACE, na sigla em inglês) divulgou os resultados de testes sobre a segurança de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) para a saúde animal. A conclusão é de que não há qualquer indicação de que o milho GM cause efeitos adversos. O trabalho, financiado pela União Europeia, é considerado de longo prazo.

FEVEREIRO

Ciência brasileira

Pesquisadores do Brasil e de outros seis países – EUA, China, Índia, Austrália, Japão e Israel – sequenciaram o genoma de plantas silvestres de amendoim coletadas na Bolívia e na Argentina. O mapeamento genético revelou que a espécie de amendoim cultivada hoje é similar a seus ancestrais, cultivados pelos povos pré-colombianos. O estudo foi publicado na revista Nature Genetics, e os resultados estão disponíveis para toda a comunidade científica mundial.

MARÇO

Biotecnologia e saúde

Pesquisadores dos EUA, por meio da técnica de edição de genomas CRISPR, eliminaram o DNA do vírus HIV-1 do genoma de uma célula humana cultivada em laboratório e que estava contaminada pelo vírus. Adicionalmente, quando essas células foram expostas novamente ao vírus, estavam protegidas contra reinfecção. Foi a primeira vez que se descobriu como evitar novas infecções.

ABRIL

Adoção crescente

O Brasil cultivou 44,2 milhões de hectares com culturas transgênicas em 2015, um crescimento de 5% em relação a 2014. Nenhum outro país do mundo apresentou um crescimento tão expressivo. No Brasil, a intensa adoção desta tecnologia no campo reflete a confiança que os produtores depositam nela. As informações são do relatório do ISAAA.

MAIO

Academia garante segurança de OGMs

Transgênicos são seguros para as alimentações humana e animal e para o meio ambiente. Esta é a conclusão de um novo estudo publicado pela Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos. Para compor o relatório, o comitê de pesquisadores examinou mais de mil publicações acadêmicas sobre OGMs, ouviu mais de oitenta manifestações em audiências públicas e seminários e analisou mais de 700 comentários enviados pela população.

JUNHO

Biotecnologia sustentável

Levantamento da consultoria inglesa PG Economics mostra que as culturas GM favorecem a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis. De acordo com o relatório, em dezenove anos de adoção da biotecnologia agrícola, as culturas GM foram responsáveis por uma redução significativa das emissões de gases do efeito estufa. Em 2014, esta diminuição evitou que 22,4 milhões de toneladas de dióxido de carbono fossem jogados na atmosfera, o equivalente à remoção de 10 milhões de carros das ruas por um ano.

Aval de peso

Diversos ganhadores do Prêmio Nobel organizaram-se para manifestarem publicamente apoio aos transgênicos e pedirem ao Greenpeace que reveja seu posicionamento contrário aos OGMs. Assinaram o documento 123 laureados com o Nobel, e o texto está disponível no site criado para a ação, denominada Apoie a Agricultura de Precisão (Support Precision Agriculture, em inglês).



JULHO

Consumidor americano e transgênicos

Os EUA sancionaram a lei que define as regras para a rotulagem de transgênicos no país. O objetivo é proporcionar aos consumidores mais informações sobre os alimentos que consomem. De acordo com a nova normativa, os rótulos podem dispor a informação sobre o ingrediente geneticamente modificado (GM) de três maneiras: com texto, símbolo ou por meio de um código digital.

AGOSTO

Consumidor brasileiro e transgênicos

Levantamento conduzido pelo Ibope Conecta revela que a grande maioria dos brasileiros (73%) afirma já ter consumido transgênicos, e, entre os 27% que não sabem ou afirmam que não ingeriram, 59% se mostram abertos a experimentar. Em linha com os estudos científicos, os testes e as análises de biossegurança, que garantem que os transgênicos são seguros para as alimentações humana e animal e para o meio ambiente, apenas uma minoria acredita que eles fazem mal (33%) ou causam reações alérgicas (29%).



SETEMBRO

Benefícios da Bt

De acordo com estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Virgínia, nos EUA, a adoção de culturas GM resistentes a insetos (Bt) otimizou o uso de insumos agrícolas nessas lavouras, contribuindo para a prática de uma agricultura sustentável. Os cientistas envolvidos no projeto analisaram dados de mais 10 mil produtores de soja e milho entre 1998 e 2011, superando, em muito, os estudos realizados até então, limitados a dois anos.

OUTUBRO

De olho no futuro

A fim de discutir os potenciais da tecnologia CRISPR (do inglês Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats), Embrapa e CIB realizaram um *workshop* internacional. Essa técnica de edição de genomas permite modificar o DNA, deletando e inserindo genes em um organismo, inclusive eliminando genes causadores de doenças. A tecnologia é considerada revolucionária por permitir a manipulação genética com maior precisão, rapidez e menor custo.

NOVEMBRO

E se...

Usando um modelo para calcular os impactos econômico e ambiental das lavouras GM, cientistas dos EUA descobriram que substituir as atuais

plantações transgênicas de soja, milho e algodão por variedades convencionais provocaria um aumento de 0,27% a 2,20% no preço dos alimentos. De acordo com a pesquisa, banir os transgênicos também desencadearia impactos ambientais negativos, a exemplo da conversão de florestas em áreas de agricultura (para compensar a menor produtividade das variedades convencionais).

DEZEMBRO

Vinte anos de transgênicos na Argentina

A adoção da biotecnologia agrícola na Argentina, ao longo de vinte anos (1996-2016), resultou em um benefício acumulado de US$ 126,9 milhões. Destes ganhos gerados pela adoção dos OGMs, 68% ficaram com o setor produtivo, 26% com o Governo e 8% com os desenvolvedores das tecnologias. O estudo indica, também, que, nesse período, o uso da biotecnologia agrícola gerou mais de 2 milhões de postos de trabalho.

Ferramentas biotecnológicas

Ao longo de 2016, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) analisou e aprovou um grande número de tecnologias aplicáveis à agricultura, à Medicina e à produção de energia. O trabalho dos membros da Comissão avaliou como seguros para as saúdes humana e animal e para o meio ambiente 18 novos transgênicos – 9 plantas, 2 vacinas, 6 microrganismos e 1 medicamento. Estes números levam-nos ao recorde de 103 inovações aprovadas desde o início dos trabalhos da CTNBio. ■



O AGRONEGÓCIO NÃO QUER ABAFAR NINGUÉM

MARCOS MONTES
Deputado federal (PSD-MG) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)



NOS ÚLTIMOS dois anos, tivemos a honra e a responsabilidade de presidir a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a mais atuante e influente do Congresso Nacional. Somos 221 deputados e 23 senadores, totalizando 244 componentes, dos mais diversos partidos. Na Câmara e no Senado, além das manifestações em Plenário, comissões e subcomissões específicas são dedicadas a analisar e definir proposições de políticas públicas para o campo.

Trabalhamos incansavelmente dia e noite, com chuva ou sol. Apesar de ajudar na alimentação do mundo, o agro brasileiro ouve críticas de determinados segmentos da sociedade. Além de garantir que a nossa economia, em meio a uma de suas piores crises da história, não descambe ladeira abaixo, o setor é acusado de envenenar a população brasileira. Essas e outras injustas acusações não são suficientes para nos abaterem, tampouco nos intimidarem. Somos intransigentes na defesa do setor produtivo rural e sabemos que estamos do lado certo da história.

A chave do nosso sucesso é ouvir aqueles que trabalham no campo. Nossas decisões, fundamentais para a vida de milhões de produtores, não são tomadas a portas fechadas. As reuniões semanais são prestigiadas por representantes das entidades mais representativas do agronegócio, e para estas a palavra está sempre garantida. São elas que, ao trazerem seus pleitos e preocupações, nos fortalecem para que possamos desfraldar suas bandeiras e defendê-las no Congresso Nacional.

É conveniente ressaltar que, assim como os ambientalistas, os produtores rurais também se preocupam constantemente com a preservação de suas propriedades, praticando uma agricultura sustentável e que respeita o meio ambiente. Porém, o fazem sem o ranço ideológico daqueles que agem para denegrir o agronegócio – o setor mais exitoso da economia brasileira. Mesmo 517 anos após a chegada dos portugueses, o Brasil ainda preserva 61% de suas florestas nativas, fato raríssimo no concerto das nações.

Também é preciso lembrar que 800 milhões de pessoas passam fome no mundo, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Por isso, o agronegócio brasileiro apresenta-se como um dos principais fornecedores de alimentos para o Planeta. É bom realçar que, para cumprir este papel, é desnecessário derrubar uma árvore sequer da Amazônia, de qualquer outra região produtora ou em qualquer outro bioma.

Nossos recordes de produção e de produtividade têm sido alcançados pelas mãos e pela inteligência brasileiras, que pesquisam e desenvolvem a agricultura tropical, hoje copiada por países de clima semelhante, mas invejada e temida pelos nossos concorrentes.

Mas, deixe estar... Faremos desse limão uma limonada. O brasileiro ainda terá a oportunidade de render suas homenagens àquele que produz safras recordes dentro de rígidas normas fitossanitárias, seguindo normas nacionais e internacionais de boas práticas agrícolas. Não nos deixaremos abater, repito.

O próximo presidente da FPA, o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), seguramente dará continuidade a esse trabalho. Nessa empreitada, ele contará

com todo o nosso apoio, para cada vez mais o agronegócio expor-se na mesa dos brasileiros e dos estrangeiros e, ainda, exibir-se na avenida com todo o fervor.

Mesmo com uma colheita recorde de 215 milhões de toneladas de grãos na safra 2016/17, o campo não quer abafar ninguém; só quer mostrar que, além de inspirar os sambistas, sabe produzir alimentos muito bem. ■

NOSSAS CONQUISTAS

Podemos enumerar as seguintes: a aprovação da Lei dos Caminhoneiros; a renegociação das dívidas rurais; a isenção de emplacamento de máquinas agrícolas; as Leis da Biodiversidade, da Relação entre Integrados e Integradores e do Trabalho Rural; a obrigatoriedade de eclusas nas barragens para permitir o escoamento da safra; e a não exigência de afixar o símbolo de transgênico no rótulo dos produtos.

Demos início a importantes pleitos, como o projeto que ora se discute sobre o licenciamento ambiental: queremos eliminar o excesso de burocracia para conferir mais agilidade e transparência. Várias obras que estão paralisadas em diversas regiões, se concluídas, poderiam gerar muitos postos de trabalho e riquezas em nosso País.

Lutamos pela terceirização trabalhista, o negociado sobre o legislado, a Lei de Proteção de Cultivares e regras claras, objetivas e transparentes sobre o que realmente é o trabalho escravo, sem margem para interpretações ao bel-prazer do agente público.

Permanece no nosso foco a manutenção das conquistas obtidas com o novo Código Florestal brasileiro. Mesmo não sendo o ideal, sempre há os insensatos que pretendem atacá-lo. O Código em vigor prevê que os produtores da Amazônia devem preservar 80% de áreas nativas em suas propriedades. E, se, nelas, houver rios, lagos e morros, o que é muito comum na região, este percentual pode ser ainda maior, podendo alcançar 90% da propriedade, no que se convencionou chamar de Reserva Legal.

Todos esses fatores mostram como a FPA tem contribuído para modificar uma imagem negativa que foi construída ao longo de décadas de propaganda enganosa. Vejam que até uma escola de samba caiu no lugar-comum de dizer que nosso homem do campo pretende envenenar os nossos consumidores. Se assim fosse, o Brasil não seria um dos maiores exportadores de alimentos do mundo.



A AGENDA POSITIVA DO AGRONEGÓCIO EM 2017

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



O ANO de 2016 encerrou com algumas importantes definições quanto à crise política no Brasil, ainda que com rumores de uma expansão da crise mundial. Entretanto, com a sinalização de mudanças na estratégia política dos programas do governo brasileiro visando corrigir os rumos da economia, foi possível vislumbrarmos novos horizontes.

As lideranças do agronegócio vêm atuando firmemente e contribuindo para consolidar o desenvolvimento econômico e social. Por esta razão, elas entendem que existem prioridades a serem definidas. Pela sua importância junto à balança comercial e à economia brasileira, o agronegócio deve ser prestigiado com propostas para fortalecer suas cadeias produtivas.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) desempenha um importante papel na fiscalização das políticas de governo, bem como na discussão e na elaboração dos Projetos de Lei (PLs) que envolvem esse respeitável setor. Nesse sentido, vimos cumprimentar o deputado federal Marcos Montes (PSD-MG), que encerra honrosamente seu ciclo laborioso na presidência da FPA. Parabenizamo-lo por sua competente condução na defesa dos projetos de interesse da agropecuária.

Aproveitamos o ensejo para desejar sucesso aos novos presidente e vice-presidente da FPA, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT) e a deputada federal Tereza Cristina (PSB-MS), respectivamente. Ambos são parlamentares com ligações tradicionais junto às atividades agropastoris, plenamente em condições para desempenhar com muita proficuidade suas importantes atribuições.

Neste ano de 2017, temos projetos importantes a serem analisados e discutidos no âmbito do Congresso Nacional. Começamos pelo PL nº 3.729/04 – que trata do licenciamento ambiental, com a regulamentação do inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal. Passamos pelo PL nº 827/15 – que trata da proteção de cultivares – e temos, ainda, o PL nº 6.442/16 – que versa sobre o estabelecimento de normas trabalhistas apropriadas ao meio rural, entre outros assuntos.

É oportuno ressaltar que o agronegócio precisa de estímulos para viabilizar o incremento de sua potencialidade. Por isso, é necessário que o governo federal apresente medidas que compreendam a natureza de suas complexas atividades. Para auxiliar a desburocratização de suas áreas, é imprescindível o constante aprimoramento do vasto arcabouço legislativo aplicável às atividades agropecuárias.

É certo que, ao desatar as amarras desse importante segmento, será favorecido o ambiente de negócios mais atrativo às iniciativas privadas nacional e estrangeira, contribuindo para uma melhor distribuição de renda para toda a sociedade.

Acreditamos que a apreciação, a discussão e a votação das pautas legislativas de interesse da agropecuária no Congresso Nacional contribuirão para viabilizar a necessária segurança jurídica e a paz social no campo.

O agronegócio anseia pela adoção de políticas adequadas ao meio rural, com a necessária consolidação das cadeias produtivas e a ampliação de investimentos, permitindo a expansão do mercado nacional e a conquista de novos mercados internacionais, sem jamais deixar de lado a nossa maior responsabilidade, o abastecimento de mais de 206 milhões brasileiros. ■

INTELIGÊNCIA COLETIVA

FERRAMENTA AUXILIA NA DEFESA VEGETAL

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O BRASIL é um país tropical, marcado pelo calor e pela umidade, condições climáticas que favorecem o desenvolvimento e a proliferação de pragas em sua rica agricultura. Reflexo disso é o impacto econômico traduzido claramente em perda de produtividade, o que demonstra a necessidade de desenvolver novas tecnologias de controle, bem como entender e conhecer a necessidade de cada lavoura.

Preocupada com isso e ciente das limitações cada vez maiores do sistema oficial de defesa agropecuária para identificar, controlar a entrada e combater essas pragas, a Andef lançou, em 2014, o portal defesavegetal.net, site colaborativo que reúne informações sobre pragas já existentes no Brasil e outras quarentenárias – as que estão presentes em outros países, mas que ainda não chegaram às lavouras brasileiras.

O portal nasceu com informações completas e fotos de mais de 100 espécies de alvos biológicos, passando para 380 espécies em maio de 2016 e, hoje em dia, soma mais de 500 fichas técnicas. São insetos, ácaros, fitopatógenos e plantas invasoras de diversas culturas – como abacaxi, algodão, banana, batata, café, caju, cenoura, coco, goiaba, mamão, manga, melancia, melão, milho, pepino, pimentão, soja, sorgo, tomate e uva –, que precisam ser conhecidas pelos produtores para que sejam combatidas de forma eficiente.

Em 2016, o portal ganhou alguns reforços importantes: um *blog* junto ao site e uma *fan page* no Facebook com publicações diárias contendo resumos de publicações científicas; uma nova *home page* atualizada e de visual moderno; e fichas com



informações sobre inimigos naturais. Todos os dias, uma equipe supervisionada pela Andef busca pesquisas científicas relacionadas a defesa vegetal e publica este conhecimento de forma interpretada e resumida, além de disponibilizar a versão original.

Além disso, recentemente foi criado, também, o aplicativo Defesa Vegetal, que integra o sistema de convergência de meios e conteúdos desenvolvidos pela Andef. Esta visa potencializar a construção do conhecimento de maneira coletiva, tendo desenvolvido a ferramenta com o propósito de fazê-la servir como uma aliada na proposta de disseminar informação técnica de qualidade aos profissionais que atuam direta e indiretamente com defesa vegetal.

O sucesso do agronegócio brasileiro tem suas raízes fincadas no espírito inovador e empreendedor do setor, e essa iniciativa da Andef é mais um exemplo disso, trazendo praticidade, agilidade e modernidade ao campo. ■

DIÁRIO DE BORDO

OLHO VIVO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

EM MEADOS de janeiro, assumiu a Presidência da República dos Estados Unidos um empresário sem experiência política, com um discurso eleitoral nacionalista e disposição para romper compromissos assumidos pelo país (como o Acordo do Clima de Paris – de dezembro de 2015 e ratificado recentemente em Marrakech – ou o Acordo Transpacífico – TPP –, sem falar nas ameaças à Organização Mundial do Comércio – OMC), além de apresentar sinais diplomáticos muito heterodoxos, seja com acenos de amizade à Rússia, seja com "bananas" à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Isso sem mencionar sinais de guerra comercial com a poderosa China, inibição da entrada de imigrantes e mudança de algumas políticas internas e externas do seu antecessor.

Ainda há muita incerteza sobre quanto das promessas eleitorais se tornará realidade, até porque várias delas terão que passar pelo Congresso, mas o gabinete empossado com Trump está muito sintonizado com elas.



E em quase tudo se vê um certo alinhamento com cenários mutantes em outras regiões do mundo. A saída do Reino Unido da União Europeia é o mais sintomático de um generalizado descontentamento com os resultados da globalização: aumento da desigualdade, desemprego alto (por causa do aumento da tecnologia e da automação), imigrações maciças, concentração da riqueza, entre outros. E observa-se, até mesmo, uma certa erosão no conceito de democracia na Rússia e em países do Oriente Médio. O crescimento do populismo de direita na Europa coloca em risco governos sérios como o da Alemanha e dá sinais de extremismos na França e na Holanda, fragilizando a Zona do Euro.

Há uma insatisfação geral patente: os governos não conseguem resolver isso, e há analistas de peso achando que caminhamos para uma espécie de "desordem global". A brutalidade do terrorismo gratuito e as dramáticas travessias do Mediterrâneo por milhares de migrantes que morrem ao tentar fugir de guerras e miséria na África ou no Iraque, na Síria e em outros países acrescentam mais nuvens sombrias nesse cenário preocupante.

E, é claro, a tudo isso se juntam o aumento da expectativa de vida (envelhecimento das populações e a crise previdenciária daí resultante), a crescente urbanização de países ainda rurais como China e Índia, as mudanças climáticas e o seu impacto na agricultura e na preservação dos recursos naturais (com ênfase para o uso da água), a demanda por energia não poluente etc., etc...

Na nossa América Latina, a situação não está muito melhor do que no resto do mundo. Alguns países ressentem-se da mistura de incompetência de governos passados com os efeitos da crise financeira mundial de 2008/10 e vivem encruzilhadas cruéis, como são os casos da Argentina e do Brasil, em que novos governantes buscam a volta do crescimento sob ameaças sociais determinadas pelo desemprego e pela recessão. E há, ainda, a Venezuela, com seus problemas quase insolúveis, mas Peru, Colômbia, Paraguai e Chile vão encontrando saídas.

Essas questões todas – nacionalismo protecionista, riscos à democracia, terrorismo, imigrações – parecem temas que não têm nada a ver com o agronegócio brasileiro, mas têm sim. E, se os nossos produtores rurais estão construindo e sustentando com seu trabalho incessante a moderna economia nacional, todo esse complicado teatro do mundo pode prejudicar-nos bastante. Temos que ficar de olho vivo! ■

PRODUZIR

O PROTAGONISMO DO AGRO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

EM NENHUM momento da história, tantas pessoas tiveram acesso a habitação, educação e saúde como hoje. Em 1800, a população mundial era de 1 bilhão de pessoas — e 800 mil passavam fome. Nesta segunda década do século XXI, a população mundial soma 7 bilhões, mas o número de famintos estacionou em 800 mil. Com o avanço tecnológico e a globalização, o mundo ficou "menor" e melhor. Nos EUA, os preços reais de alimentos correspondem a 15% do que eram cem anos antes.

Se a riqueza está melhor distribuída e quase tudo melhorou, por que ainda há tanta insegurança e insatisfação? Uma resposta possível está na preocupação com o futuro. O medo dos efeitos excludentes da robotização das atividades – que permanecem predominantemente humanas – e o receio relacionado a uma nova onda de migração trazem ainda mais incertezas para um ambiente já muito complexo e para o qual não estamos preparados.

Mas, o que isso tudo tem a ver com o agro? A humanidade evoluiu com base em sistemas sociais que a troca do nomadismo pela agricultura providenciou. Ao longo do tempo, diminuiu a quantidade de pessoas envolvidas na produção de alimentos, o que permitiu a sofisticação de tecnologias e estruturas de convivência. Como resultado, a cultura rural deixou de ser central, abrindo espaço para o modo de vida urbano. Hoje, menos de 15% dos brasileiros vivem em áreas rurais, percentual que deve ser reduzido à metade até 2030.

Logo, é compreensível que essas novas populações urbanas se preocupem com as condições de vida que terão daqui a três décadas. E há, ainda, as implicações da relação homem-máquina. Estima-se que, nos próximos quinze anos, metade dos atuais postos de trabalho desaparecerá. Mas, será que as pessoas estão prontas para se adaptarem a um novo cenário? Fica evidente que, para evitar implosão social, transformações profundas serão feitas no modelo capitalista e na democracia.

Essa breve reflexão é importante para enxergarmos o papel que o produtor rural pode – e deve – assumir no futuro. Se o desconforto generalizado é resultado da rápida transformação, o agro está mais bem posicionado para superar esse desafio. O campo não ficará imune a rupturas; liberará mão de obra, sem traumas, já que a tendência é a concentração urbana. Novas tecnologias tornam menos árduo o trabalho físico, aumentam eficiência, reduzem riscos, facilitam planejamento e conectam o homem do interior com o mundo.

Enquanto os preços dos produtos industriais devem ficar cada vez mais baratos e os de acesso a conhecimento e entretenimento tendem a zero, o alimento continua um bem insubstituível. Diante de uma perspectiva de demanda crescente e da possibilidade de se produzir mais e melhor com menos insumos e esforço, o agro retoma seu protagonismo. O uso responsável das riquezas naturais e um engajamento proativo na construção dessa nova sociedade são privilégio e responsabilidade ao mesmo tempo. As novas gerações construirão um referencial novo para uma sociedade que conviverá com desafios enormes e diversos, mas que ainda terá a necessidade de comer todos os dias. O agro será um farol na neblina que envolve nossa caminhada para o futuro. ■



OPINIÃO

TRISTE ENREDO

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O CARNAVAL do Rio de Janeiro é uma das maiores e mais divertidas festas do mundo todo, mas, neste ano, traz preocupação para o nosso setor do agronegócio. Com o samba-enredo "Xingu – O clamor que vem da floresta", a Imperatriz Leopoldinense leva para a Marquês de Sapucaí uma visão distorcida, parcial e preconceituosa do setor que mais resultados positivos apresenta para a economia brasileira.

Ao imputar ao agronegócio a alcunha de inimigo da natureza, a Imperatriz Leopoldinense não leva em conta números que provam o contrário: toda a área utilizada pela agropecuária para alimentar o País e o mundo ocupa 29% do território nacional.

Trata-se de um percentual menor do que os dos países desenvolvidos, e, ainda assim, somos líderes mundiais em exportação de suco de laranja (73,4% do total mundial), açúcar (46,9%), soja (42,1%), carne de frango (38,6%), café (27,3%) e carne bovina (20,1%). Respondemos por 22% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e garantimos o superávit da balança comercial.



Temos um setor que incorporou tecnologia para aumentar em três vezes sua produção, ampliando em apenas 26% a área cultivada – mantendo 65% de vegetação natural preservados nos 850 milhões de hectares do seu território. 12% da área total do Brasil são de preservação para os indígenas.

Ao afirmar que a nação indígena chora com o uso dos agroquímicos, a agremiação parece não saber que, no Japão, por exemplo, usa-se doze vezes mais defensivos do que no Brasil; e que, neste *ranking*, ficamos, ainda, atrás de toda a União Europeia. Produzimos 142 quilos de alimentos para cada dólar investido em defensivos. Na Argentina, esta quantidade é de 116 quilos; e, nos Estados Unidos, é de 94 quilos.

Na soja, houve redução no uso de herbicidas entre os anos de 2005 e 2006 e, também, entre 2009 e 2010. Para o milho, entre 2008 e 2014, houve redução no uso de aproximadamente 10 milhões de quilos desta classe de defensivos. No algodão, entre 2009 e 2014, a redução alcançou 3 milhões de quilos de defensivos.

Em São Paulo, desenvolvemos políticas públicas que, além de fortalecer a agricultura e agregar renda ao nosso produtor, fixam, por meio de legislação de solos e por meio de cuidados com nascentes e áreas de preservação, uma agricultura harmônica com o meio ambiente, conciliando produção e preservação, segundo diretrizes do governador Geraldo Alckmin.

A Imperatriz precisa conhecer iniciativas que unem preservação e produção, como o sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e o Plano ABC, capazes de mitigar a emissão de gases causadores do efeito estufa.

A agremiação publicou nota dizendo que não teve a intenção de generalizar, mas afirma que "importantes pesquisas científicas apontam os diversos males que o agrotóxico traz para o solo, para o alimento e, consequentemente, para a saúde de quem o consome". No entanto, a nota não cita quais são essas 'importantes pesquisas' nem relativiza a afirmação generalista.

O produtor agrícola preserva o solo em que colhe seu sustento, pois, sem ele, teria sua atividade encerrada e estaria cometendo suicídio empresarial se não zelasse por suas riquezas. Mais do que perder dinheiro, perderia toda a sua atividade econômica, aquela que sustenta o Brasil desde a sua Independência. ■

REFLEXÃO

CHUVAS DE VERÃO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Não se pode criar experiência.
É preciso passar por ela.

Albert Camus

A VIRADA do ano de 2016 para 2017 foi, talvez, a grande alegria para quem vive em torno do agronegócio canavieiro. Ao ler, ver e ouvir o resumo do ano, muitos voltaram a sentir as dores de um período tão difícil e revelador. Quantas máscaras, sustos e roubos, com a mostra pela classe política, especialmente pelo PT, do seu verdadeiro desprezo pela massa popular.

Em 2005, com o mensalão, vimos uma reação de desdém do cidadão pelas figuras pegas naquele processo de corrupção. Mas, ainda não tínhamos a noção da septicemia a tomar conta do Brasil. Quando a operação Lava-Jato desnudou a doença, percebemos que o combate à infecção generalizada teria de ser feito com os mesmos médicos, enfermeiros e hospitais.

A cada novo dado macroeconômico, sentimos a resistência das bactérias e dos fungos aos antibióticos de antes, sem podermos utilizar aqueles não testados, para não comprometermos o paciente. Assim, constatamos que, infelizmente, o processo de recuperação será lento. Até o segundo semestre deste ano, o paciente será alimentado com soro e doses crescentes de remédios. Além disso, rezar será essencial!

Indiferente a tudo isso, a estação de verão chegou. Entre as chuvas e as trovoadas, o tempo gira a sua roda e dita o ritmo dos dias.

O aprendizado de 2016 será inesquecível. O Brasil é realmente outro. Como assumiram o seu papel na lógica democrática, as pessoas cobrarão atitudes do Judiciário neste ano. Para as eleições de 2018, elas repensarão o seu papel. Até lá, para o nível de desgaste a ser suportado pelo País, o desempenho do governo de transição será fundamental.

Sem dúvida alguma, em poucos meses, o governo Temer superou muito o governo Dilma, tendo em conta a clareza que dificilmente será popular. Afinal, contenção de gastos, negociação com governos estaduais e aumento do período de contribuição para as aposentadorias, por exemplo, são medidas impopulares.

Após o turbulento inverno de 2016, o verão de 2017 traz as "chuvas de manga", molhando ou encharcando algumas hortas, mas nem todas. Não se sabe se haverá veranico ou se o inverno chegará muito rigoroso. O importante é o brasileiro estar mais forte para suportar as intempéries. Devemos estar vigilantes para que os malfeitores sejam punidos. Mesmo na escuridão de 2016, aprendemos como o agronegócio ilumina o País. E ganhamos a mais impactante e positiva campanha a favor do agro, realizada pela TV Globo!

Afinal, o "agro é top"! Que em 2017 o recorde das colheitas exuberantes atraia novos investimentos em infraestrutura, com o custo Brasil em queda pela condução de reformas essenciais.

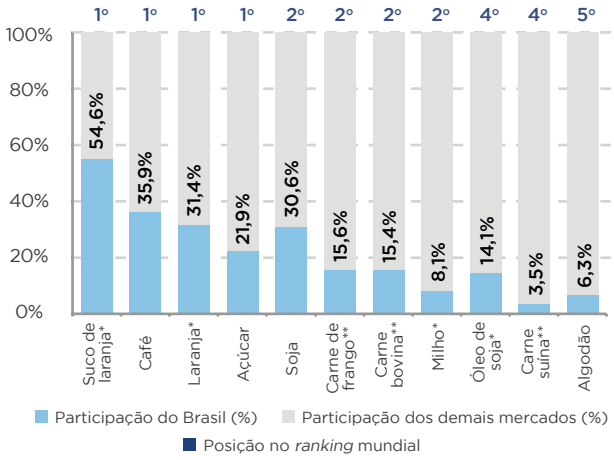
Neste verão de 2017, o País vive, mais uma vez, a alegria da sua grande festa popular, o Carnaval. É quando as escolas de samba se mostram. Em 2013, a Unidos de Vila Isabel levou o troféu de campeã no Rio de Janeiro ao dançar e cantar a beleza do agronegócio nacional, colocando o Brasil como celeiro do mundo sob o apoio da BASF. Neste ano, haverá uma justa apologia ao bom índio, mas com críticas gratuitas ao agro, em uma demonstração clara de excesso de ideologia e falta de informação, mesmo depois de tudo!

Que as águas de março limpem esses resíduos ideológicos e fechem o verão de 2017 com perspectivas positivas e de esperança para o povo brasileiro. ■



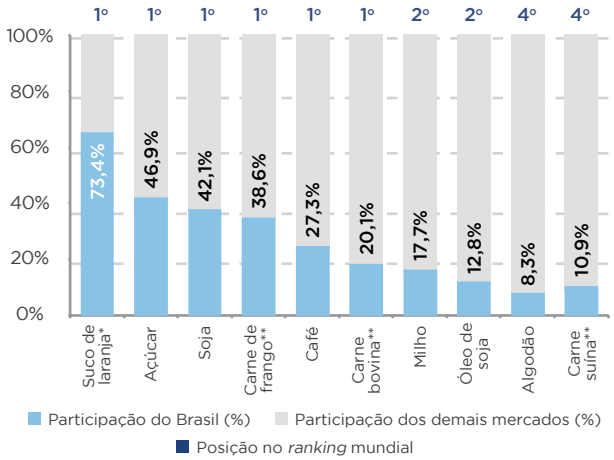
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



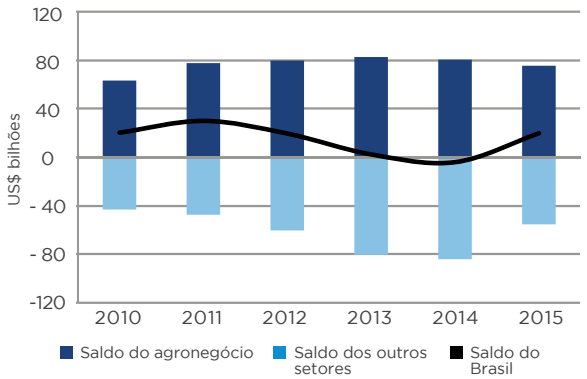
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



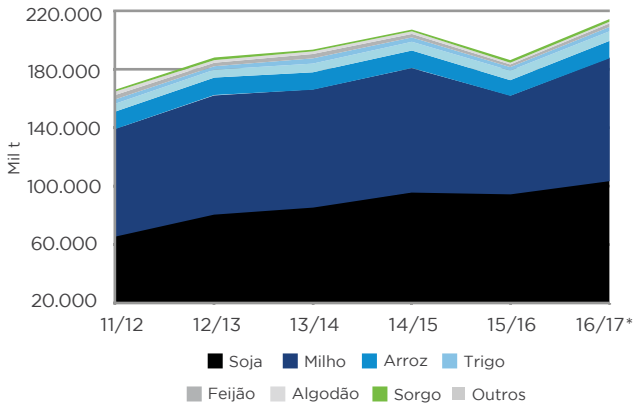
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



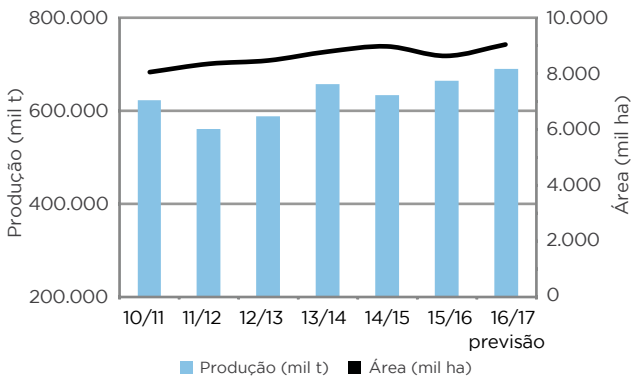
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



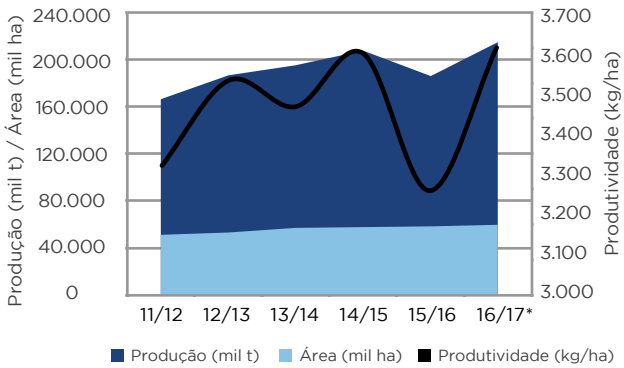
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab